

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ÁREA DO CONHECIMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

GABRIEL CONTE RODRIGUES

**DESINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA: ENFRAQUECIMENTO DA ECONOMIA E
RETARDO NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL (1990-2019)**

**CAXIAS DO SUL
2020**

GABRIEL CONTE RODRIGUES

**DESINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA: ENFRAQUECIMENTO DA ECONOMIA E
RETARDO NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL (1990-2019)**

Projeto acadêmico apresentado como requisito à obtenção de grau em Ciências Econômicas da Universidade de Caxias do Sul.

Sob orientação da Professora Ms. Lodonha Maria Portela Coimbra Soares.

CAXIAS DO SUL

2020

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, dedico este trabalho à meus pais, Edani e Juliana, os quais sempre me proporcionaram as melhores oportunidades de estudo e desenvolvimento e são fonte dos meus valores e princípios. À meus irmãos, Guilherme e Gustavo, que compartilham comigo ideias e discussões com o propósito de adquirir conhecimento e prosperidade.

A minha orientadora, professora Ms. Lodonha, a qual além da orientação deste trabalho, me ensinou ao longo do curso, a extrair o melhor dos fatos sobre a economia do nosso país.

Aos meus amigos, tanto os que me acompanham desde os tempos de colégio como os que fiz durante o curso. Me considero próspero ao ver que minhas amizades estão de acordo com aquilo que sou e que o conjunto de todos eles reflete minhas ações e personalidade.

Por último, a todos que de alguma forma impactaram minha jornada nestes últimos 5 anos. É prazeroso relembrar na memória, desde a primeira aula do curso até este exato momento, e ter certeza que cada momento colaborou com meu crescimento e amadurecimento para trilhar meu próprio caminho.

RESUMO

Os estudos acerca da desindustrialização brasileira aumentam conforme a necessidade do país em estruturar seu crescimento e evitar perdas econômicas. Como uma nação em desenvolvimento há a preocupação em relação a perda de participação da indústria na economia nacional, visto que este setor é mais intensivo em tecnologia e qualificação. Diante disso, este trabalho tem como objetivo analisar alguns indicadores que sinalizam uma transformação produtiva na indústria nacional. Desta maneira, será abordado fatores teóricos em relação ao desenvolvimento econômico e fatores históricos relacionados ao desenvolvimento do setor industrial Brasileiro. Em adição, abordará a caracterização da desindustrialização e os acontecimentos relacionados a este tema na indústria brasileira. Por fim, serão apresentados dados referentes aos anos de 1990 a 2019 da participação da indústria nacional no valor adicionado, no emprego, na composição da indústria, na produtividade e nas exportações e importações. No primeiro e no segundo capítulos o método adotado foi o histórico e teórico e, no terceiro capítulo, o estatístico. A análise dos indicadores demonstra que há uma mudança nas características da indústria, há uma migração da mão de trabalho para outros setores e há perda de competitividade frente a indústria mundial. Assim, esta mudança interfere na qualidade do mercado de trabalho brasileiro, visto que outros setores demandam menor investimento e mão de obra menos qualificada.

Palavras-chave: Indústria. Desindustrialização. Produtividade. Valor adicionado. Geração de emprego. Exportações e importações.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Crédito real à indústria (1947-1950).....	31
Tabela 2 - Evolução da economia brasileira (1955-1961) (%)	33
Tabela 3 - Crescimento médio de setores (1967-1973) (%).....	35
Tabela 4 - Poder de geração de valor gerado, por setor, para a economia	42
Tabela 5 - Valor adicionado bruto da indústria de transformação e grau de industrialização (1980-2015)	46

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Participação dos três principais setores no VAB.....	43
Figura 2 - Evolução da Participação da Indústria de Transformação no PIB (em %) de 1947 a 2014	45
Figura 3 – Nova taxonomia da OCDE das atividades econômicas pela intensidade em P&D.....	48
Figura 4 - Intensidade tecnológica: P&D sobre o PIB (%), Brasil versus OCDE	50
Figura 5 - Comparação entre setor de serviços e indústria: geração de emprego formal (Brasil, 1990 a 2018).	52
Figura 6 - Participação da indústria de transformação no emprego formal (%) vs. PIB anual (%).....	53
Figura 7 - Investimento da Indústria de transformação em relação ao investimento total (Brasil, de 1996 a 2018)	55
Figura 8 - Investimento líquido na indústria de transformação: participação por intensidade em P&D (Brasil, 1996-2016)	56
Figura 9 - Evolução da produção, emprego e produtividade do trabalho na indústria de transformação no período de 1990 a 2019	58
Figura 10 - Coeficiente de exportação vs. coeficiente de penetração das importações da indústria de transformação brasileira	60
Figura 11 - Balança Comercial de Produtos da Indústria de Transformação por Intensidade Tecnológica (Brasil, US\$ milhões FOB).....	62

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

a.a	ao ano
Bacen	Banco Central do Brasil
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento
BNH	Banco Nacional de Habitação
Cepal	Comissão Econômica para a América Latina
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNI	Confederação Nacional da Indústria
DE	Diretrizes Estruturantes
EMN	Empresas Multinacionais
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FOB	<i>Free On Board</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEDI	Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JK	Juscelino Kubitschek
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
Paeg	Programa de Ação Econômica do Governo
PBM	Plano Brasil Maior
PBQP	Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade
PCI	Programa de Competitividade Industrial
PDP	Política de Desenvolvimento Produtivo
PIB	Produto Interno Bruto
PIBpb	Produto Interno Bruto mensurado a preços básicos
Pice	Política Industrial e de Comércio Exterior
PITCE	Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior
PME	Pequena e Média Empresa
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PPC	Paridade Poder de Compra
PSI	Programa de Substituições de Importações
SAE	Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos

SFH	Sistema Financeiro de Habitação
US\$	dólares
VAB	Valor Adicionado Bruto

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA	10
1.2	DEFINIÇÃO DAS HIPÓTESES	11
1.2.1	Hipótese Principal	11
1.2.2	Hipóteses Secundárias	11
1.3	JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TEMA	12
1.4	DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS	12
1.4.1	Objetivo Geral	12
1.4.2	Objetivos Específicos	12
1.5	METODOLOGIA	13
2	TEORIA DOS CICLOS ECONÔMICOS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	14
2.1	TEORIA DOS CICLOS ECONÔMICOS	14
2.2	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: ORIGEM E CONCEITO	16
2.2.1	Crescimento x Desenvolvimento	17
2.2.2	Desenvolvimento segundo os Economistas Clássicos	18
2.2.3	Desenvolvimento pela Abordagem Keynesiana	19
2.2.4	Desenvolvimento na Teoria Schumpeteriana	20
2.2.5	Estrutura de uma Economia Desenvolvida Vs. Subdesenvolvida	22
2.3	PSI E O CRESCIMENTO ECONÔMICO DE PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO	23
2.3.1	Estratégias de Industrialização e Desenvolvimento Econômico	25
3	PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRO	26
3.1	ORIGENS DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA	26
3.2	CARACTERÍSTICAS DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA	29
3.3	POLÍTICAS INDUSTRIAIS BRASILEIRAS ENTRE 1990 E 2015	37
3.3.1	Política Industrial e de Comércio Exterior (Pice) em 1990	37
3.3.2	As novas Diretrizes na Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) em 2003	38
3.3.3	Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) em 2008	39

3.3.4	Plano Brasil Maior (PBM) em 2011	40
4	DESINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA E ANÁLISE DE INDICADORES DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL	41
4.1	VALOR ADICIONADO E DESINDUSTRIALIZAÇÃO PRECOCE	42
4.2	INTENSIDADE TECNOLÓGICA E PARTICIPAÇÃO NO EMPREGO	47
4.3	COMPOSIÇÃO DA INDÚSTRIA (INVESTIMENTO E PRODUTIVIDADE)...	55
4.4	EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES.....	59
5	CONCLUSÃO	64
	REFERÊNCIAS	66

1 INTRODUÇÃO

O processo econômico de desenvolvimento de um país, ao longo do tempo, demonstra suas capacidades produtivas e adaptativas ao cenário econômico. O progresso econômico vem acompanhado de desenvolvimento produtivo, assim gerando mais riqueza e prosperidade. Dentro deste processo, a indústria tem papel inicial ao progresso econômico de uma economia. Em um mundo industrial e urbano, o desenvolvimento da cadeia econômica tem alicerce no desenvolvimento industrial.

O Brasil, desde o último século, passou por diferentes períodos de desenvolvimento econômico e industrial. Sua economia passou pela etapa de uma indústria pouco participativa à uma indústria motora do PIB em menos de 100 anos. Porém este processo se deteriorou e atualmente a indústria tem perdido espaço em relação a participação no PIB brasileiro. De medidas políticas e efeitos macroeconômicos, a indústria nacional não apresenta consistência em sua base produtiva, tendo perdido mercado no cenário internacional e obtendo resultados ruins dentro do comércio nacional. A produtividade industrial pouco tem se desenvolvido, o que gera atraso em termos competitivos em relação a outras nações.

Diante disso, o presente se justifica por: analisar o processo de desindustrialização brasileiro e compará-lo com o desenvolvimento econômico do país durante o mesmo período, com intuito de estimar qual a importância da indústria na economia nacional.

1.1 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

O desenvolvimento de uma economia requer em seu nível mais completo, o desenvolvimento de setores capazes de satisfazer as demandas dos mercados. Dentre os principais setores, os de base são o suporte inicial para o desencadeamento de toda Economia. Geralmente estes setores apresentam indicadores que mostram a tendência da economia no curto prazo.

No Brasil, a partir do ano de 1950, a indústria teve um aumento de sua participação na economia em relação ao PIB. Tal papel perdurou até metade dos anos 90. Durante este período, diversas medidas políticas tiveram o intuito de desenvolver o país. Este processo de industrialização levou a economia nacional a números de

crescimento acima da média vivenciados anteriormente. Deste modo, a indústria mostrou-se importante no processo de crescimento da economia neste período.

Porém, nos anos posteriores a 1990, o país passou por um processo de desindustrialização. A indústria perdeu força no processo produtivo nacional e deixou de ter a significância adquirida nas décadas passadas. Do mesmo modo, o cenário econômico no mesmo período teve períodos de grande instabilidade, assim a economia não se desenvolveu de maneira linear.

Diante do exposto, o presente projeto busca responder às seguintes indagações:

- a) O que ocasionou a desindustrialização?
- b) Qual a participação do governo no processo de desindustrialização?
- c) Qual é o impacto que a indústria tem no desenvolvimento da economia do país?
- d) Quais as consequências de uma indústria instável ao longo dos anos para a economia nacional?
- e) Quais problemas a indústria enfrenta para se desenvolver?
- f) Qual é a importância da economia nacional para a indústria?
- g) As perdas econômicas são responsáveis pelas perdas industriais no período analisado?

1.2 DEFINIÇÃO DAS HIPÓTESES

1.2.1 Hipótese Principal

A desindustrialização resulta no enfraquecimento da economia, impactando negativamente o país no seu processo de desenvolvimento.

1.2.2 Hipóteses Secundárias

- a) As políticas industriais do governo brasileiro buscam performance no curto prazo, focando em resultados rápidos e não contínuos.
- b) A indústria é importante em um país subdesenvolvido, pois geralmente requer mão de obra mais qualificada e a produtividade tende a ser maior na indústria que em demais setores.

- c) A instabilidade industrial ocasiona perdas de competição com indústrias externas, afetando o desenvolvimento futuro.
- d) O interesse governamental em commodities afeta diretamente a indústria Brasileira, causando desequilíbrios na produção.
- e) O processo de desindustrialização possui diversas causas.

1.3 JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TEMA

A abordagem acerca da desindustrialização da economia brasileira vem atraindo atenção por parte dos economistas Brasileiros. A instabilidade Industrial nas últimas décadas a partir do século XXI junto com o fraco desenvolvimento do país, são usados como meios para justificar as possíveis soluções para a melhoria dos indicadores socioeconômicos.

O desenvolvimento da indústria tem importante relação com o desenvolvimento do Brasil, visto que sua economia está em processo de desenvolvimento e os mercados, ainda emergentes, podem ser explorados na busca de novos resultados. De modo contrário, a desindustrialização afeta negativamente a economia nacional. A indústria estagnada resulta em perdas no aumento de produtividade e conseqüentemente gera atraso na geração de valor na economia brasileira.

Por estas razões, o presente projeto é relevante. A economia nacional necessita se autodesenvolver e há oportunidades de melhorias para um desenvolvimento sustentável. Dentro deste cenário, a indústria pode melhorar seus resultados e favorecer o desenvolvimento nacional.

1.4 DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo Geral

Analisar o processo de desindustrialização brasileira e relacioná-lo com o desenvolvimento econômico do país no mesmo período.

1.4.2 Objetivos Específicos

- a) Analisar os motivos que levaram o Brasil a industrialização.

- b) Expor quais foram as ações do governo para a política Industrial no período analisado.
- c) Explicar por quê as commodities e suas exportações afetam a indústria.
- d) Explicar o por quê da inflação afetar a indústria.
- e) Estudar as políticas industriais brasileiras.
- f) Estudar a indústria em períodos de desindustrialização.
- g) Investigar quais problemas a indústria tem para se desenvolver.
- h) Estudar o impacto da indústria no PIB brasileiro.

1.5 METODOLOGIA

A pesquisa usará método quantitativo visando aproximação da realidade Brasileira através de dados procurando descrever causas econômicas da desindustrialização brasileira.

Através de pesquisa teórica descritiva, o capítulo dois se desenvolverá a partir de análise das teorias do desenvolvimento econômico. As etapas para o desenvolvimento serão analisadas assim como as características de cada momento.

No capítulo três será utilizado a pesquisa histórico descritiva, com o objetivo de relatar a realidade do processo de industrialização e suas consequências ao PIB brasileiro ao longo do período analisado.

O conceito da pesquisa descritiva, segundo Leite (2004), é simples, pois é a pesquisa que se usa para descrever e explicar determinados fenômenos socioeconômicos, político-administrativos, contábeis e psico-sociológicos, matemático-estatísticos e técnico-linguísticos.

O capítulo quatro será elaborado através de um estudo de caso entre a desindustrialização brasileira e o PIB, com objetivo de analisar a correlação destes fatores, assim como buscar o entendimento de qual a importância na indústria na economia brasileira.

2 TEORIA DOS CICLOS ECONÔMICOS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Os estudos econômicos acerca dos ciclos econômicos e do desenvolvimento econômico, objetivam de maneira geral explicar como tais acontecimentos ocorrem e quais as melhores alternativas podem ser aplicadas na busca por progresso e prosperidade, tanto socialmente ou economicamente.

Os princípios econômicos se mantêm os mesmos desde o início do escambo até a atual economia globalizada. Todo o progresso econômico durante este período foi caracterizado por mudanças nas relações econômicas. A relação com os produtos e serviços é adaptada no desenvolver das novas fases econômicas.

Durante o processo de progresso das economias nacionais, países adotaram o processo produtivo nas indústrias como meio para crescimento e desenvolvimento econômico. A produção industrial passou a ser opção para desenvolvimento de produtividade e progresso tecnológico.

A relação crescimento econômico e indústria vem se desgastando mundialmente e o entendimento deste processo é necessário para uma transformação nos resultados econômicos e industriais.

Diante do exposto, este capítulo tem por objetivo abordar a Teoria do Ciclos Econômicos e a Teoria do Desenvolvimento Econômico.

2.1 TEORIA DOS CICLOS ECONÔMICOS

Durante o decorrer do tempo, as mudanças econômicas na sociedade se caracterizam por expansão ou retração. Em cada momento, características distintas são vivenciadas e trazem resultados e experiências diferentes. Essa variação sempre aconteceu e a economia das nações nunca teve uma dinâmica estável todo tempo. Dentro disso, o ciclo econômico vivência fases.

Schumpeter (1939) definiu quatro fases para um ciclo econômico, as quais são: expansão, boom, contração e recessão. De maneira geral, os ciclos seguem essa dinâmica. A diferença está na duração de cada fase, que é incerta. A Teoria de Schumpeter também afirma que os gastos privados são pró-cíclicos, ou seja, segue a fase que a economia vive no momento. Por outro lado, o gasto médio do governo é acíclico, tende a aumentar em um período de recessão por exemplo.

Além disso, a duração de cada ciclo é diferente, e podem ser caracterizados por isso. Do curto ao longo prazo, os ciclos de Kitchin, Juglar e Kondratiev tem abordagens diferentes para a explicação da sua ocorrência e duração.

Os ciclos de Kitchin, são caracterizados como de duração curta, em média de três ou quatro anos. Segundo Neto (2019), sua ocorrência é devida aos movimentos dos estoques, preços do mercado e empréstimos bancários. Por consequente e com um tempo de duração maior, os ciclos de Juglar tem duração entre sete e dez anos. Na análise de Neto (2019), sua explicação tem a abordagem de fatores como as flutuações nos gastos de investimentos, PIB, inflação, emprego e desemprego. Por último e abordando uma ideia de longo prazo, o ciclo de Kondratiev tem duração de 50 anos e está relacionado a mudanças tecnológicas. O principal fator responsável pelos ciclos econômicos seria a duração e o tempo de maturação dos equipamentos de capital.

Schumpeter (1939) usou as teorias dos ciclos de Kitchin, Juglar e Kondratiev para elaborar um ciclo econômico completo. Assim este ciclo teria, adaptando as características das outras teorias, aproximadamente, a duração de 56 anos.

Como consequência da Teoria dos Ciclos Econômicos e com o intuito de explicá-la, alguns economistas buscaram através da Teoria Monetária dos Ciclos Econômicos justificar os ciclos econômicos. Niederle e Radomsky (2016) defendiam que os ciclos econômicos estavam ligados ao ciclo de crédito. De uma maneira geral, a variação nas taxas de juros tem efeito na atividade de crédito de um país.

Assim, quando os juros estão baixos a atividade de crédito está aquecida, com mais dinheiro na economia a inflação sobe. O oposto também acontece quando os juros estão altos. Os ciclos seriam explicados pela quantidade de crédito disponível no mercado e ao quanto as pessoas acessariam ou utilizariam estes créditos. A variação entre expansão ou recessão da economia estaria diretamente ligada a estes fatores.

Pode-se dizer que um ciclo econômico é caracterizado pelos momentos de expansão e é finalizado no momento de retração, onde se atinge um equilíbrio entre os dois momentos. Dentro do ciclo econômico, a abordagem acerca do desenvolvimento econômico passou a ser de interesse dos economistas visto a necessidade de desenvolvimento dos fatores produtivos e, por consequência, o desenvolvimento na qualidade de vida. O entendimento do porquê e como acontece o desenvolvimento de uma nação é alternativa para poder construir o futuro.

2.2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: ORIGEM E CONCEITO

A abordagem econômica sobre o desenvolvimento econômico veio a ocorrer no século XX. Nas fases anteriores ao sistema feudal, a preocupação pública era aumentar o poder econômico e militar do soberano. Raros eram os momentos de preocupação com o povo e com o desenvolvimento da qualidade de vida. Após o surgimento do estado nacional moderno, o renascimento e as descobertas marítimas, as relações econômicas mudaram.

A origem do desenvolvimento econômico para Souza (2005), na abordagem teórica, se encontra no pacto colonial que derivado do pensamento mercantilista teria sido a origem do subdesenvolvimento contemporâneo. Como consequência, devido a enorme importância dada para o afluxo de metais preciosos como fonte de riqueza, se deixou de lado o papel das importações.

O conceito de Desenvolvimento Econômico mesmo após a abordagem de diversos economistas, não tem uma definição universal.

Para Bresser-Pereira (2008), o desenvolvimento econômico é o processo de sistemática acumulação de capital e de incorporação do progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante e, em consequência, dos salários e dos padrões de bem estar de uma determinada sociedade. Souza (2005) acrescenta que desenvolvimento econômico se caracteriza pelo crescimento contínuo, este sendo maior que o ritmo de crescimento demográfico, que ocasiona mudanças nas estruturas econômicas e melhorias nos indicadores sociais, econômicos e ambientais.

Em adição, Papelasis (1967) cita determinantes responsáveis pelo desenvolvimento econômico, os quais são: renda; recursos naturais; recursos humanos; capital; a tecnologia e a função empresarial; e fatores socioculturais.

Os estudos sobre desenvolvimento econômico envolvem diferentes escolas de economia. A criação de teorias por economistas como Adam Smith, Keynes e Schumpeter foram importantes avanços possibilitando incrementos no debate do desenvolvimento econômico das nações.

Com intuito de aprofundar o debate sobre crescimento econômico abordado pelas diferentes escolas de economia, Souza (2005) explica que existem duas correntes de economistas que abordam o desenvolvimento com perspectivas

diferentes. A primeira com inspiração mais teórica, envolve os modelos de crescimento de Meade e Solow (neoclássicos) e Harrod, Domar e Kaldor (Keynesianos), e acreditam no crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento. Por outro lado, a segunda numa realidade empírica, entende que o crescimento é condição indispensável ao desenvolvimento, porém é apenas uma das condições necessárias. Os economistas da segunda corrente, como por exemplo Lewis (1969), Hirschman (1974), Myrdal (1968) e Nurkse (1957), elaboraram modelos mais próximos das economias subdesenvolvidas.

O estudo do desenvolvimento econômico por parte dos economistas, iniciou uma série de questionamentos buscando entender o crescimento e o desenvolvimento das economias nacionais. Este movimento passou a crescer com a necessidade dos países de enfrentar seus problemas econômicos e sociais. Visto sua interdependência, o crescimento e o desenvolvimento econômico merecem análise para sustentarem o progresso econômico e social.

2.2.1 Crescimento x Desenvolvimento

A diferenciação dos conceitos de crescimento e desenvolvimento deve ser feita para evitar confusões no entendimento. A expansão da economia nem sempre beneficia o sistema como um todo.

Nenhuma definição que se dê de “desenvolvimento econômico” será inteiramente satisfatória. [...] Embora seja possível estabelecer algumas específicas distinções entre estes termos - desenvolvimento e crescimento -, eles são, em essência, sinônimos (MEIER, 1968, p. 12).

O processo de Desenvolvimento Econômico envolve diversas transformações econômicas em um processo de longo prazo, demandando amadurecimento econômico, como aumento de produtividade e ampliação da economia de mercado. O crescimento a taxas elevadas não é fato suficiente para que o desemprego diminua em velocidade adequada em relação às inovações e informatização do processo produtivo, e assim não caracterizaria desenvolvimento.

Segundo Souza (2005), alguns economistas como Lewis (1969), Hirschman (1974), Myrdal (1968) e Nurkse (1957), consideram o crescimento econômico como uma variação quantitativa do produto, enquanto o desenvolvimento envolve mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, instituições e das estruturas produtivas.

Além disso, Souza (2005) acrescenta que outros fatores podem estar ligados ao crescimento como: a transferência de excedente de renda para o exterior reduzindo a capacidade de importação e investimentos, somados a concentração de renda e riqueza pela apropriação desse excedente; baixos salários em setores de produção de bens populares, ocasionando restrição na expansão do mercado interno; e as dificuldades no desenvolvimento da cadeia produtiva interligada as empresas que mais crescem.

Para Berlinck e Cohen (1970), a distinção entre esses conceitos sugere que para haver desenvolvimento deve haver crescimento econômico. O inverso, entretanto, não é necessariamente verdadeiro.

A separação dos termos é necessária. Crescimento econômico está ligado ao aumento na capacidade de produção de bens e serviços de uma economia durante o tempo. Desenvolvimento é a transformação de uma economia com ecossistemas não eficientes para uma economia moderna e eficiente, traduzindo seus resultados na elevação da qualidade de vida dos seus indivíduos.

2.2.2 Desenvolvimento segundo os Economistas Clássicos

As mudanças econômicas que ocorreram durante a história mundial, despertaram o interesse das nações em busca de riqueza e prosperidade. A primeira fase relevante deste processo foi o mercantilismo, onde as nações tinham o objetivo de maximizar a acumulação de ouro e prata.

No período mercantilista, foi onde surgiu o pacto colonial. De acordo com este pacto, as colônias de cada país só poderiam comercializar com sua metrópole. Tal acordo visava influenciar o comércio das metrópoles que concorriam entre si em busca de riqueza e acumulação de metais preciosos. Segundo os mercantilistas, a riqueza das nações depende do afluxo externo de metais preciosos. Souza (2005) destaca que essa ideia levou a expansão do comércio internacional, provocando maior crescimento econômico das nações envolvidas. Procurava-se a maximização do saldo da balança comercial pela expansão das exportações e compressão das importações.

Após este período e com o surgimento da primeira escola de economistas denominada como clássicos, a ideia mercantilista passou a ser questionada. A escola clássica exerceu seu trabalho buscando explicar o desenvolvimento econômico.

Os economistas clássicos abordam o estudo da economia com uma visão ousada e ampla. Desejam eles, em primeiro lugar determinar as causas do crescimento a longo prazo da renda nacional e descobrir o processo pelo qual se dá este crescimento. [...] seu tópico principal é o desenvolvimento econômico (MEIER, 1968, p. 37).

O primeiro economista clássico a elaborar uma teoria sobre o desenvolvimento foi Adam Smith (1723-1790), e ao contrário dos mercantilistas defendia que a geração de riqueza de uma nação era originária do trabalho produtivo. Para isso Smith (1996) afirmou que a produtividade de um trabalhador em determinado período de tempo era derivada do capital, da tecnologia e da divisão do trabalho, estes seriam possíveis devido ao aumento da demanda do mercado.

Junto com Adam Smith na escola clássica estava David Ricardo (1772-1823), que elaborou sua teoria preocupando-se com a formação da riqueza nacional, como sua distribuição entre os indivíduos. Para Ricardo, o principal problema do crescimento econômico era a agricultura. Assim, procurou identificar as leis que determinavam a distribuição da renda, lucro e salários entre capitalistas e trabalhadores.

Essa distribuição dependerá, sobretudo da fertilidade do solo, da acumulação de capital e do crescimento demográfico, bem como “da habilidade, engenhosidade e dos instrumentos empregados na agricultura” (RICARDO, 1982 apud SOUZA, 2005, p. 65).

Como conclusão, os economistas clássicos defendiam que o crescimento das nações estava ligado ao capital produtivo, ou seja, a acumulação de capital implicava na contratação de trabalhadores produtivos. Assim, o crescimento econômico demandava a elevação de salários para pagar novos trabalhadores e comprar matérias primas adicionais.

2.2.3 Desenvolvimento pela Abordagem Keynesiana

Em questionamento aos economistas clássicos, alguns economistas como Keynes, confrontaram a lei dos mercados (Lei de Say) defendida pela escola clássica. Tal lei defendia que a oferta gerava sua própria demanda e passou a ser questionada.

A escola Keynesiana afirma que o desenvolvimento econômico acontece devido a demanda, se opondo a ideia dos clássicos. Keynes (1883-1946) focou sua

análise abordando a macroeconomia do pleno emprego, os fatores do crescimento do investimento e nos seus impactos sobre a renda e o emprego. Keynes (1983) defende o aumento da demanda em igualdade com o crescimento da capacidade produtiva, assim garantindo o pleno emprego.

Keynes planejara seu ataque em múltiplas frentes. Insistia sobre a importância de se compreender a economia como uma economia monetária da produção, na qual a moeda desempenha papel de suma importância e não apenas por consubstanciar a forma mais geral da riqueza, conferindo a seu detentor a possibilidade de comando sobre o trabalho alheio, mas fundamentalmente por representar em simultâneo os papéis - somente em aparência contraditórios - de refúgio contra a incerteza e de objeto de desejo compelindo à valorização do capital. Insistia sobre a importância das intervenções estatais a sustentar a demanda efetiva sempre que as decisões privadas de gasto se mostrassem insuficientes (FRACALANZA, 2010, p. 200-201).

A contraposição em relação aos economistas clássicos, se deve principalmente ao envolvimento do estado na economia. Os primeiros defendiam intervenção mínima por parte do governo, já Keynes defende sua teoria de maneira onde o Estado é agente fundamental para a busca do pleno emprego. Outra opinião divergente de Keynes à economia clássica é referente a regulação de mercado. Para os clássicos o mercado se auto regula, já para Keynes isso não acontece devido ao espírito animal dos empresários no sistema econômico. Devido a isso, o estado deveria intervir nos mercados.

Keynes mostrou que a rigidez de salários gera desemprego involuntário e afeta o nível da demanda agregada. Da mesma forma, uma redução na propensão marginal a consumir ou na propensão a investir conduz a uma situação em que os investimentos realizados não bastam para elevar a demanda ao nível desejado. [...] a expansão dos gastos do governo e o aumento das exportações em situações de ociosidade, aparecem na economia keynesiana como elementos cruciais para elevar a economia para situações próximas ao pleno emprego (SOUZA, 2005, p. 124).

Junto a Keynes, economistas como Malthus e Kalecki, ajudaram a desenvolver o princípio da demanda efetiva como fator determinante do nível da oferta agregada. Tal abordagem transformou a economia moderna e a relação com o livre mercado.

2.2.4 Desenvolvimento na Teoria Schumpeteriana

Schumpeter aborda o processo de desenvolvimento econômico com o aspecto fundamental focado no processo de inovação e as consequências desta na organização dos sistemas produtivos. Sua análise leva como bases do sistema econômico, a propriedade privada, a divisão do trabalho e a livre concorrência. O crescimento da economia é fruto da produção de novos produtos e processos. Assim os investimentos em inovação viabilizam o crescimento, sendo propulsores no sistema econômico.

Entenderemos por “desenvolvimento”, portanto, apenas as mudanças da vida econômica que não lhe forem impostas de fora, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa. Se se concluir que não há tais mudanças emergindo na própria esfera econômica, e que o fenômeno que chamamos de desenvolvimento econômico é na prática baseado no fato de que os dados mudam e que a economia se adapta continuamente a eles, então diríamos que não há nenhum desenvolvimento econômico. Pretenderíamos com isso dizer que o desenvolvimento econômico não é um fenômeno a ser explicado economicamente, mas que a economia, em si mesma sem desenvolvimento, é arrastada pelas mudanças do mundo à sua volta, e que as causas e portanto a explicação do desenvolvimento devem ser procuradas fora do grupo de fatos que são descritos pela teoria econômica (SCHUMPETER, 1997, p. 74).

Schumpeter analisa o papel da inovação ao proporcionar irregularidades que geram desequilíbrios na economia, e assim levam a uma mudança econômica com relação a sua forma anterior.

A introdução no mercado de um novo produto ou processo gera lucros extraordinários, o que atrai uma leva de imitadores que buscam aproveitar as oportunidades abertas pela inovação. Isso se manifestará na construção de novas plantas e na contratação de mão-de-obra e compra de insumos. Os novos investimentos levam ao boom na atividade em questão e em outras secundárias (COSTA, 2006, p. 8).

Essas mudanças ocorrem no âmbito da produção e não do consumo, além disso Schumpeter foca seu modelo de desenvolvimento na oferta. Seu foco está no papel da inovação, deixando de lado o trabalho produtivo abordado por Adam Smith, a acumulação capitalista analisada por Karl Marx, ou com a renda, ou então salário e demanda efetiva na abordagem de John Keynes.

Como mecanismo para financiar e promover o crescimento econômico através das inovações, Schumpeter (1997) destaca a importância do crédito no processo de desenvolvimento. Tanto o fornecimento de crédito quanto seu uso para financiamento de inovações são motivados pelo interesse no lucro gerado aos indivíduos envolvidos no processo.

A teoria de desenvolvimento elaborada por Schumpeter (1997) tem no mercado monetário seu suporte vital, visto que através dos empresários se demanda inovações na busca pelo lucro. Como as inovações são financiadas pelo crédito acabam por ser responsáveis pelo crescimento econômico.

2.2.5 Estrutura de uma Economia Desenvolvida Vs. Subdesenvolvida

A economia de um país subdesenvolvido difere de uma economia de país desenvolvido, os setores têm diferenças quanto sua qualidade e desenvolvimento. Papelasis (1967) enfatiza que a divisão de países entre desenvolvidos e subdesenvolvidos é uma simplificação excessiva. Segundo ele, existem enormes diferenças naturais, culturais, econômicas e ou sociais entre os países.

De maneira mais específica, Souza (2005) faz a distinção dos modelos desenvolvidos e subdesenvolvidos, afirmando que uma economia subdesenvolvida está segmentada nos setores de subsistência, de mercado interno e de mercado externo.

O setor de subsistência é pouco produtivo e pouco monetizado, e forma a agricultura tradicional de subsistência. Outra característica é o fato que o setor consome maior parte do que produz, assim o mercado recebe parcela insignificante. O dinamismo do setor varia conforme o mercado externo.

O setor de mercado interno é formado por atividades ligadas ao atendimento da população e fornecimento de insumos e serviços para empresas de comércio externo, como setor de alimentos, matérias primas, transportes e outros.

Por último, o setor externo é qualificado como indispensável para a economia subdesenvolvida, pois caracteriza-se pelas exportações. E como é setor superavitário por exportar mais que importa, é essencial para evitar travas no processo de desenvolvimento.

Como consequência, devido as características de seus setores, o movimento de desenvolvimento da economia subdesenvolvida é marcado por evolução ao aumento das exportações e a estabilização nas crises. A dinâmica é diretamente ligada aos movimentos externos e fica exposta as variações das economias internacionais.

Com uma análise similar, Bresser Pereira (1967), afirma que os trabalhos de economistas em países de primeiro mundo são inaplicáveis para economias em

países subdesenvolvidos. Para isso parte de dois pressupostos, sendo o primeiro a padronização do comportamento humano para definir ações de produção, a qual é chamada de “*homo economicus*”. E o segundo é a existência de um mercado integrado, o qual em países desenvolvidos tem duas características que não existem por completo em países subdesenvolvidos. Estas características são: a participação de todos no mercado, um sistema de preços único, mobilidade dos fatores de produção e o papel subsidiário do governo.

Sendo assim, é necessário enfatizar que ao tomar decisões bem sucedidas em economias desenvolvidas, como padrão, podem levar a ações ineficientes e a planos de desenvolvimento imprecisos se os mesmos forem praticados em economias subdesenvolvidas. Isso se explica, pois, a maturidade de mercado é diferente nestes dois tipos de economia.

2.3 PSI E O CRESCIMENTO ECONÔMICO DE PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

Assim como o Brasil, países como China, Índia e Coréia do Sul também passaram por processos de industrialização com características similares ao Brasileiro. Com o intuito de desenvolver a indústria nacional estes países também aplicaram o programa de substituição de importações.

Este processo impulsionou uma série de questionamentos acerca de sua efetividade nos países que o adotaram. Bruton (1989) realizou um estudo sobre países que adotaram o PSI durante algum momento de sua história. Ele destaca que a ideia principal em países subdesenvolvidos não seria de alcançar os desenvolvidos, mas sim uma questão de criar uma economia flexível, diversificada e responsável capaz de responder a choques e assim criar oportunidades de crescimento, e também poder por si só ser uma economia que gerasse o aumento contínuo do bem estar de sua população.

Deste modo, Bruton (1989) acrescentou que o processo de substituição de importação é uma questão de duas transições. A primeira seria a transição de um sistema com falta de crescimento para um sistema autossustentável onde o bem social continuaria crescendo continuamente. A segunda seria a transição de um sistema protegido para outro inserido na economia mundial.

Ou seja, o PSI em qualquer país que o implemente-o tem como objetivo o desenvolvimento e a expansão da economia, devido a isso deve ter alguns fatores

produtivos que merecem maior atenção. Tanto Bruton (1989) quanto Souza (2005) apontam que a produtividade do trabalho e da terra são essenciais como indicadores de desempenho sobre desenvolvimento. Países subdesenvolvidos devem dar maior atenção para o desenvolvimento destes indicadores, como também o processo de aprendizagem que é a fonte para o aumento de produtividade:

Estudos realizados envolvendo Japão, Coréia do Sul, Turquia e Iugoslávia indicaram que a elevação da produtividade do trabalho correlaciona-se diretamente com a expansão das exportações e inversamente com a substituição das importações (BRUTON, 1989, p. 162).

Com isto, devido a suas características de facilitar o processo de aprendizagem e proporcionar a propagação dos efeitos das exportações na indústria, o PSI deve ser visto mais como um complemento ao desenvolvimento da economia do que como um modelo puro.

Por outro lado, Souza (2005) afirma que sem o apoio das exportações o modelo se limita no longo prazo, criando capacidade ociosa e concentração de renda. Além disso, destaca que o PSI tende a ser mais importante nas fases de desenvolvimento dos países, sendo propulsor de uma rotina interna geradora de crescente bem-estar. Em adição, Oreiro (2014) também dá ênfase sobre o papel das exportações. Baseado no modelo de Thirlwall (1975), o qual afirma que o crescimento econômico de um país em desenvolvimento será sempre menor que o crescimento de suas exportações, afirma que o crescimento seria derivado pela demanda, tendo as exportações como principal influenciador.

Conclui-se que o modelo de desenvolvimento ideal é aquele que se fundamenta na combinação da expansão rápida das exportações, com substituições seletivas de importações, capazes de proporcionar a transferência de tecnologia e intensificar as interdependências entre as atividades econômicas (SOUZA, 2005, p. 293).

A adoção do PSI deve ser feita de maneira equilibrada, entendendo que o processo tem efeitos positivos dentro da economia interna, mas se implementado de maneira desequilibrado pode gerar diferenças sociais e também colocar a economia em situação instável.

Por fim, Souza (2005) concluiu que o PSI, em países subdesenvolvidos, deve focar no aumento da produtividade dos fatores terra e trabalho, assim como sua fonte que é o processo de aprendizagem. O desenvolvimento de um setor de bens de capital

favorece a fonte de aprendizagem e geração da tecnologia. Sendo assim é necessário incentivar as importações. Outro destaque é o aperfeiçoamento tecnológico, sendo essencial para a produtividade do trabalho e por consequência desenvolvendo novos processos e produtos. Possibilitando assim ao país fonte inquestionável de melhoria na competitividade.

A diferenciação do estudo econômico entre as economias desenvolvidas e as em desenvolvimento, juntamente com seus processos, efetivos ou não, é necessária para estabelecer equilíbrio. As condições de crescimento se diferenciam entre os países e estes, com características diferentes, têm caminhos distintos de ações e resultados.

2.3.1 Estratégias de Industrialização e Desenvolvimento Econômico

Dentro do plano de Desenvolvimento Econômico de uma nação, estratégias são executadas com o objetivo de gerar progresso. Abordagens diferentes podem ser exercidas buscando o mesmo objetivo, para Souza (2005) destacam-se dois modelos de estratégias: crescimento equilibrado ou crescimento desequilibrado.

Para obter o crescimento econômico equilibrado, presume-se que no agregado, que a oferta e demanda se ajustarão com a expansão da renda e do emprego, criando o mercado necessário. A ideia defendida é aumentar o tamanho do mercado e criar estímulos aos investimentos. De maneira geral, o desenvolvimento equilibrado tem como seus pontos principais o aumento de estoque de capital, a ampliação do tamanho do mercado, a possibilidade de especialização e aumento de produtividade, assim tendendo para a criação de riqueza. Por outro lado, como desvantagem há a escassez de recursos, onde o investimento em todos os setores demandaria investimento externo para desenvolver o mercado interno. Em um país em desenvolvimento, o mercado interno é pequeno e não muito atrativo ao mercado externo visto seu risco.

Como proposta para solução sobre a falta de recursos para todos setores, a estratégia de crescimento desequilibrado propõe diferenças de crescimentos nos setores da economia. Assim tem o objetivo de focar recursos em setores onde há maior crescimento em relação à média nacional e busca através dos setores mais eficientes desenvolver os setores menores, sendo os grandes uma fonte de impulso aos demais. Como forma de exemplo, no Brasil, os governos de alguns estados

propõem incentivos a algumas indústrias para que desenvolvam seus parques industriais e por consequência desenvolvam crescimento local e regional.

A elaboração de um planejamento que possa proporcionar crescimento econômico é essencial para o desenvolvimento de um país. Tal planejamento parte do governo e deve trazer condições para que os agentes econômicos tenham incentivos para exercer suas ações. Neste cenário, a abordagem estratégica na elaboração dos planos de desenvolvimento deve ser clara, permitindo uma visão exata das ações e quais os objetivos devem ser alcançados no prazo estabelecido.

3 PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRO

O progresso econômico brasileiro está caracterizado pela transição de uma economia escravista para uma economia baseada no trabalho assalariado. O surgimento da indústria nesse processo é, em parte, devido ao aumento das exportações do setor agrícola, em especial o café.

A modernização e diversificação econômica brasileira, através do modelo agrícola exportador, resultou no crescimento da renda interna, aumentando o mercado interno e a demanda interna por produtos em geral. Resultou também na elevação dos investimentos em infraestrutura, possibilitando maior integração dos mercados internos.

O desenvolvimento da economia viabilizou as condições necessárias para o surgimento de uma indústria nacional. A partir do nascimento da indústria, os processos de expansão industrial vividos no Brasil, converteram seus resultados em progresso econômico, gerando mudanças e atraindo mais desenvolvimento.

Diante do exposto, o objetivo deste capítulo é realizar uma abordagem do processo de Industrialização brasileiro, com ênfase para as políticas industriais.

3.1 ORIGENS DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

Pode-se afirmar que a formação industrial brasileira tem seu marco inicial após 1844, neste ano o tratado de comércio com a Inglaterra, que limitava impostos alfandegários ao máximo de 15%, acabou. Nos anos seguintes o governo ainda articulou decretos dando subsídios à produção local de artigos têxteis. Tais ações tiveram efeito protecionista e influenciaram uma maior produção local.

Segundo Morse (apud Lacerda, 2018), em todo o Brasil havia apenas 50 manufaturas qualificadas como empresas industriais no período de 1846. Este número cresceu 50% nos anos seguintes, conforme Lima (apud Lacerda, 2018) afirma que em 1850 eram 74 as empresas. Estas em maioria eram produtoras de chapéus, círios, sabão, cerveja, cigarros, tecidos de algodão etc., 50 das quais se encontravam na capital e na província do Rio de Janeiro.

Este crescimento passou a reduzir a partir de 1857 com o enfraquecimento do protecionismo alfandegário. Muitas das empresas que surgiram, até aquele momento, acabaram falindo devido à falta de mão de obra qualificada. Nos anos posteriores até 1889, diversas companhias estrangeiras obtiveram licença para abertura de novas sedes no Brasil.

O país ainda dependia dos investimentos estrangeiros, visto que o meio circulante, até então, criado em uma economia escravista era insuficiente para garantir adequado funcionamento em uma nova economia de trabalho assalariado.

Os investimentos estrangeiros, cujo afluxo aumentou consideravelmente a partir de meados do século XIX, também foram encaminhados, sobretudo, para a infraestrutura. No período de 1860 a 1889, por exemplo, foram concedidas licenças para a abertura de 137 companhias estrangeiras, 111 das quais eram inglesas. A maioria esmagadora das empresas foi criada na esfera financeira (bancos, companhias de seguros) e de serviços (estradas de ferro, navegação, transportes urbanos, abastecimento de gás) e, mais raramente, na indústria mineira (LACERDA, 2018, p. 43).

Da mesma maneira, a economia nacional que dependia dos investimentos estrangeiros também dependia do café. Neste período, com os choques da crise econômica mundial de 1875 e a crise de superprodução de café de 1880-1886, fazendeiros, comerciantes e bancários faliram e com isso surgiu necessidade de procurar novas fontes para a economia nacional, não apenas o café.

Após 40 anos do fim do tratado com a Inglaterra, a partir de 1885, surgiram os primeiros focos de produção industrial no Brasil. Em um primeiro momento três fatores foram os responsáveis, Lacerda (2018) destaca o surgimento do mercado de mão de obra assalariada originado pela imigração em massa, a abolição da escravatura e a intensificação da deterioração das estruturas pré-capitalistas.

Na última década do século XIX, houve por parte do governo medidas em defesa da indústria. Impostos protecionistas foram criados com o objetivo de proteger produtos manufaturados nacionais. A consequência foi uma diminuição nas taxas

cobradas sobre a importação de equipamento e de matérias-primas. Além disso, foi criada a lei da proteção à indústria.

Estes incentivos iniciais acabaram após a tomada do poder pelo governo de Prudente de Morais (1894-1898), primeiro presidente que representava os interesses da oligarquia do café de São Paulo. Com o novo governo, as ações do Estado foram baseadas na defesa da oligarquia e contrárias ao desenvolvimento da indústria, esta fase durou até 1906.

Mesmo com as ações com viés não favorável do governo para a indústria, houve um crescimento muito rápido devido à uma nova crise de superprodução do café, criando assim estímulos para mais investimentos na indústria. Nos anos seguintes, com o aumento do nível de proteção alfandegária e com a Primeira Guerra Mundial, a indústria se desenvolveu devido à necessidade do mercado interno em suprir a falta dos produtos estrangeiros.

Para Rego et al. (2011), em todos os processos de industrialização conhecidos, sempre existiu a proto-indústria, setor estritamente manufatureiro em contraposição a um maquinofatureiro que lhe sucedeu. Assim, a industrialização caracteriza-se pelo processo de transição de manufatura para maquinofatura.

O período exportador, tendo o café como produto principal, possibilitou a acumulação de capital interno e devido aos grandes lucros obtidos com a especiaria, criou espaço para os primeiros investimentos e surgimento das primeiras indústrias. Mesmo após o declínio das exportações de café, o desenvolvimento interno conquistado com a economia cafeeira pôde ser realocado para o desenvolvimento da indústria.

Segundo Suzigan (2000), quatro interpretações podem ser feitas sobre o desenvolvimento industrial Brasileiro:

- a) a teoria dos choques adversos;
- b) a ótica da industrialização liderada pela expansão das exportações;
- c) a interpretação baseada no desenvolvimento do capitalismo no Brasil;
- d) a ótica da industrialização intencionalmente promovida por políticas do governo.

A primeira argumenta que a industrialização brasileira começou em resposta às dificuldades impostas às importações pelos choques da Primeira Guerra Mundial, da Grande Depressão de 1930 e da Segunda Guerra Mundial. A segunda, de maneira contrária, defende a existência de relação direta entre o crescimento das exportações,

do café em maior parte, e o desenvolvimento da indústria, assim a indústria se desenvolvia quando havia aumento das exportações. O desenvolvimento baseado no “capitalismo tardio” sugere a mesma ligação da ótica pela expansão das exportações, porém com relação não linear entre exportações e desenvolvimento industrial. A quarta interpretação enfatiza o papel de políticas exercidas pelo governo no desenvolvimento industrial, dentre elas a proteção aduaneira e a concessão de incentivos e subsídios.

A origem e desenvolvimento da indústria brasileira ocorreram diante de uma economia dependente do trabalho escravo e das exportações. A evolução do setor industrial foi sustentada pela necessidade de progresso econômico. Tal crescimento possibilitou e exigiu novos mercados na estrutura interna do país. Em consequência, abriu oportunidades para introdução do país em um modelo de economia moderno.

3.2 CARACTERÍSTICAS DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

A participação da indústria nacional na economia brasileira durante parte da história do país foi baixa. O processo de industrialização brasileiro aconteceu de maneira acelerada após 1930. Com a crise mundial de 1929, o Brasil não pôde continuar com seu modelo exportador. Um dos efeitos da Depressão de 1930 no Brasil foi a perda da hegemonia política pela elite cafeeira em favor da classe industrial que começava a crescer.

Deste momento em diante, diversas mudanças institucionais foram feitas no país. Parte dos bens de consumo não duráveis, passam a ser produzidos internamente, estes seriam a base para o processo de industrialização.

O crescimento da economia passou a depender cada vez mais dos investimentos no setor industrial. Os setores vinculados ao mercado interno, em especial a indústria, passaram a ser os mais dinâmicos da economia, responsáveis principais pela determinação da renda, do nível do produto e do emprego (GREMAUD et al. apud PIREZ, 2010, p. 67).

Com início no governo de Getúlio Vargas (1930-1945), os bens de consumo duráveis, intermediários e de capital começam a ser produzidos internamente através da política denominada Processo de Substituição de Importações (PSI), o que tornou o processo de industrialização acelerado. Houve ações visando a proteção da

indústria interna e regulamentação do setor trabalhista. Neste período o governo também teve impacto no processo industrial, com a criação de empresas nacionais.

Segundo pesquisa de Baer et al. (1973), o grau de participação do Governo Federal na economia medido por despesas do governo/PIB se elevou de 17,1% em 1947 para 32,2% em 1969. Um dos fatores principais desse aumento é a ação do governo com criação e estímulo de empresas estatais.

Neste mesmo período, com o início da Segunda Guerra Mundial (1939), a indústria teve um crescimento acelerado devido à falta de insumos mundial causada pela guerra.

No pós guerra, com o crescimento industrial fortalecido devido as demandas geradas pela guerra, o período de industrialização teve características específicas, dentre elas: baixa absorção de mão de obra, concentração setorial e regional da produção, maior participação do estado no processo e crescente participação do capital estrangeiro.

Viceconti (1977) destaca que mesmo as modificações na indústria, foram insuficientes para modificar a estrutura ocupacional da indústria:

De fato, desde o pós-guerra, o emprego industrial tem crescido apenas às mesmas taxas do que a força de trabalho, originando o aparente paradoxo de uma estrutura econômica típica de uma economia madura, se analisada do ponto de vista da produção, e típica de uma economia atrasada, do ponto de vista do emprego. Duas ordens de razões podem ser invocadas para explicar o fato: do lado da demanda, a crescente "modernização" dos padrões de consumo, favorecendo a absorção de produtos de elevado conteúdo tecnológico, em cuja produção a contribuição da mão-de-obra é pequena; do lado da oferta, os incentivos à utilização intensiva do capital, por meio de medidas de política econômica [...]. Na realidade, essas razões estão associadas à crescente participação das empresas multinacionais na indústria brasileira no pós-guerra (VICECONTI, 1977, p. 33-43).

Mesmo no processo de expansão da indústria nacional, as transformações ocorridas tiveram consequências que inviabilizaram o desenvolvimento econômico, por outro lado, trouxeram grande crescimento. Crescimento caracterizado pelo aumento da participação estatal na economia, a centralização de renda e concentração setorial.

A Tabela 1 mostra o aumento de crédito fornecido à indústria no período de 1947-1950. O acesso da indústria a maiores níveis de financiamento, foi um dos pilares que favoreceram o crescimento da industrialização.

Tabela 1 - Crédito real à indústria (1947-1950)

Ano	Crescimento crédito real (%)
1947	38
1948	19
1949	28
1950	5

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Lacerda (2018).

O cenário macroeconômico também favoreceu a industrialização com substituição de importações. Com taxa de câmbio sobrevalorizada e controle cambial, houve subsídios para importações de bens de capital e intermediários, protecionismo contra importação de bens competitivos e aumento de rentabilidade da produção no mercado interno.

Os anos de 1950 marcam a tentativa de implementação de uma indústria pesada no Brasil. O governo de Getúlio Vargas focou o crescimento industrial em dois departamentos:

- 1) Departamento I – produtor de bens de produção.
- 2) Departamento II – produtor de bens duráveis.

Ambos os departamentos assumiram papéis importantes para base de uma implementação da indústria pesada.

Os resultados destas ações tiveram suas limitações, já que a economia do país dependia muito de financiamentos e aportes de tecnologia externos. Isso impediu que o Brasil desenvolvesse sua indústria de maneira autônoma. Entretanto, foram impactantes para um contínuo processo de industrialização dos anos seguintes.

A partir da metade da década de 50, a estrutura industrial brasileira foi modificada. Devido ao crescimento industrial antecedente, houve aumento de demanda interna para bens duráveis. Durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) houve implantação do Plano de Metas. Tal plano visava a consolidação do PSI e o planejamento e articulação do governo para investimentos na economia.

Junto com os projetos estatais, o governo juntou investimentos privados de origem interna e externa para aplicação em setores nos quais os efeitos seriam de maior impacto na cadeia produtiva. Em um primeiro momento optou-se por desenvolver o Departamento I, e a consequência seria a implantação de indústrias de bens duráveis.

Nesta fase, indústrias brasileiras tradicionais da época, como o ramo têxtil e produtos alimentares tiveram sua participação na indústria reduzida pela metade em um período de 20 anos. Por outro lado, alguns setores como o químico, metalúrgico, material de transporte, material elétrico e de comunicações, aumentaram sua participação em termos de valor adicionado de maneira expressiva.

Constata-se que as indústrias denominadas "dinâmicas B" praticamente quadruplicaram sua participação tanto no valor adicionado como no emprego industrial. Esse desempenho contrasta bastante com o das indústrias "tradicionais", cujos principais ramos, têxtil e produtos alimentares que em 1949 representavam 40% da indústria, tanto em termos do valor adicionado quanto do emprego, tiveram sua participação reduzida pela metade em 1972 (VICECONTI, 1977, p. 33-43).

A base do Plano de Metas havia sido criada em 1953, com a criação de um grupo misto entre agentes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e Comissão Econômica para a América Latina (Cepal).

O trabalho do Grupo Misto seria fazer um levantamento exaustivo dos principais pontos de estrangulamento da economia brasileira - sobretudo os setores de transporte, energia e alimentação -, além de identificar áreas industriais com demanda reprimida, que não poderia ser satisfeita com importações, dada a escassez estrutural de divisas na economia brasileira (LACERDA, 2018, p. 83).

Assim seria objetivo da comissão apresentar e recomendar projetos e planos específicos para superar os pontos de estrangulamento, levando em conta as carências formadas pela criação de novos setores industriais.

O Plano constituía-se de 31 metas, a principal era considerada a construção de Brasília, o governo agiria com maior intensidade nos setores de energia, transporte, siderurgia e refino de petróleo. O setor secundário produtor de máquinas e matéria primas com intensidade de capital receberia subsídios e estímulos.

No setor privado e para dar maior efetividade ao Plano, grupos executivos foram criados para que os mesmos elaborassem políticas aplicáveis à indústria. Os principais setores influenciados por estes grupos foram o automobilístico, construção naval, indústria mecânica, material ferroviário, exportação de minério de ferro e máquinas agrícolas e rodoviárias.

Foram estabelecidas várias formas de estímulo, visando direcionar o desenvolvimento dos setores considerados prioritários. Para coordenar a ação do Estado nesses setores, foram criados os chamados grupos executivos, organismos paralelos à estrutura burocrática do Estado que

visavam tornar ágeis as políticas estatais de fomento setorial (PIRES, 2010, p. 133).

Houve durante o Plano, aumento da participação do Estado na formação de capital, o que gerou estímulo para acúmulo de capital privado. Segundo Lessa (apud LACERDA, 2018), o Plano tinha em sua política econômica a priorização pelo capital estrangeiro. O Estado também aumentou sua atuação nos investimentos, nos anos anteriores ao Plano (1953-1956), a participação era de 25,6% sobre a formação de capital fixo, este número aumentou para 37,1% nos anos do Plano de Metas.

A Tabela 2 relaciona o crescimento do PIB e o crescimento da produção industrial no período de 1955 a 1961.

Tabela 2 - Evolução da economia brasileira (1955-1961) (%)

Ano	PIB	Produção Industrial
1955	8,8	11,1
1956	2,9	5,5
1957	7,7	5,4
1958	10,8	76,8
1959	9,8	12,9
1960	9,4	10,6
1961	8,6	11,1

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Abreu (apud RABELO, 2013).

Esta evolução da indústria se deu devido ao crescimento do departamento produtor de bens de capital e do departamento produtor de bens de consumo duráveis, os quais lideraram o desenvolvimento industrial durante o Plano de Metas. O crescimento anual médio destes departamentos foi de 25,15% e suas participações nos investimentos industriais também acompanharam este crescimento. Durante o período de 1955-1959 o investimento na indústria de transformação cresceu a uma taxa média anual de 22%.

O crescimento industrial que ocorreu a partir do início do governo JK estava estruturado em um tripé formado pelas empresas estatais, pelo capital privado estrangeiro e, como sócio menor, pelo capital privado nacional (LACERDA, 2018, p. 86).

Devido ao capital nacional não ter tamanho e poder suficiente para fornecer estrutura para o desenvolvimento industrial, o financiamento externo para setores específicos foi de 81,7%. Esta diferença entre capital interno e externo resultou na

consolidação de oligopólios na economia nacional. Algumas grandes empresas passaram a coordenar os principais setores da indústria. Segundo Serra (1982), as empresas multinacionais correspondiam a 12% do número total, 50% do valor das vendas e 43% do estoque de capital. Em 1970, as EMN dominavam amplamente a produção de bens duráveis de consumo (85% das vendas) e eram majoritárias na produção de bens de capital (57% das vendas).

A conclusão do crescimento industrial até este período foi um paradoxo econômico. Com o PSI, a industrialização foi consolidada e houve fechamento do país às importações. Por outro lado, a impossibilidade de importação de produtos com produção nacional similar levou a abertura da economia ao capital externo.

A queda nas exportações associada ao aumento das importações (substitutivas de importações, tais como máquinas, equipamentos, matérias-primas etc.) provocou a deterioração da conta de transações correntes e do próprio balanço de pagamentos. Também decorreu do Plano de Metas, apesar de alguns avanços na qualidade de vida da população, a concentração de renda no país (SOARES, 2015, p. 52).

Na década de 1960 com o crescimento industrial alcançado, houve necessidade do aperfeiçoamento do Plano de Metas. O Brasil continuou crescendo até 1962, mas com a desaceleração dos investimentos o ritmo do crescimento industrial passou a cair. Com um período político conturbado com a renúncia do presidente Jânio Quadros e, posteriormente, o início da ditadura militar, o Brasil passou por um período de instabilidade econômica.

No regime militar, foi implantado o Programa de Ação Econômica do Governo (Paeg). As medidas de transformações econômicas e institucionais no programa, segundo Resende (1990), foram as bases para o período de “milagre econômico” (1968-1973).

De maneira geral os principais objetivos de curto prazo do Paeg eram conter a inflação e organizar as relações nacionais com os sistemas financeiros internacionais.

Para o Paeg, a solução estaria na capacidade de (a) quebrar o ciclo que alimentava a inflação e (b) eliminar variado elenco de distorções econômico sociais que, em conjunto, intensificaram a inflação. Por conta disso, deveriam ser atacadas duas frentes: (1) sanear os gastos do governo e (2) definir política salarial alinhada com a política monetária (PIRES, 2010, p. 169).

As mudanças institucionais que aconteceram no programa, como a reforma bancária e a reforma tributária junto com a centralização do poder político e econômico, tiveram impacto profundo na estrutura econômica do país.

O sistema financeiro nacional teve sua estrutura modificada, com a criação do Banco Central do Brasil (Bacen) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), criação do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e do Banco Nacional da Habitação (BNH). O novo sistema tributário criado com a reforma tributária de 1967, tinha como características centrais o aumento da arrecadação e centralização desta no governo federal.

As transformações no Paeg viabilizaram um novo período de crescimento industrial. No período caracterizado como Milagre Econômico (1968-1973), aconteceu um intenso crescimento do PIB e da produção industrial. Com semelhança ao que ocorreu no Plano de Metas, Pires (2010) destaca que existia o predomínio do capital estrangeiro e prevaleceu a atuação dos setores produtores de bens duráveis e bens de capital.

O crescimento brasileiro estava inserido dentro de um ciclo de crescimento da economia mundial. Diversos países tiveram crescimentos industriais e assim a economia global teve um aumento nos fluxos de comércio e de capitais.

A Tabela 3 mostra o processo de crescimento dos setores de 1967 a 1973. Estes setores, junto com o setor de exportação, apresentaram crescimentos médios altos no período do Plano de Metas.

Tabela 3 - Crescimento médio de setores (1967-1973) (%)

Setor	Crescimento Médio
Indústria manufatureira	12,6
Produção de bens duráveis	23,6
Produção de bens de capital	18,1
Importações/PIB	62,79

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Lacerda (2018).

Pela Tabela 3 observa-se que os números do crescimento econômico Brasileiro, durante o período do Milagre Econômico, demonstram resultados acima do comum vivenciados até então. Porém este crescimento incomum resultou em diversos problemas nos anos posteriores. Os grandes investimentos realizados elevaram a dívida externa do país, houve aumento da taxa de inflação, que juntamente com a

crise do petróleo, elevaram os preços dos produtos internos. Este crescimento acelerado em um curto espaço de tempo e de forma desequilibrada ocasionaram as perdas econômicas da década seguinte.

Um ano antes do fim do Paeg, foi apresentado pelo Governo o I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974), o qual mantinha os fundamentos do Plano de Metas. Seu objetivo era colocar o Brasil entre as nações desenvolvidas no período aproximado de 40 anos. Segundo Abreu (2020), este objetivo demandaria que o país duplicasse a renda per capita até 1980 e elevasse o crescimento do PIB até 1974 baseado em uma taxa anual entre 8% e 10%. Também necessitaria da elevação da taxa de expansão do emprego, a redução da taxa de inflação e a adoção de uma política econômica internacional.

Com objetivo de fortalecer a estrutura empresarial, o governo criou o Programa de Promoção de Grandes Empreendimentos Nacionais e agiu para inserir empresários Brasileiros em setores estratégicos do desenvolvimento. Os principais financiadores do Plano foram os órgãos financeiros governamentais como o BNDE, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil.

Com o fim do I PND, o governo de Ernesto Geisel elaborou o II PND (1975-1979). O Plano teve como finalidade os investimentos no Departamento I, produtor de bens de capital e intermediários. O desenvolvimento do departamento era essencial para que o crescimento econômico continuasse após o período do “Milagre Econômico”.

O desenvolvimento da produção interna dos bens de capital e intermediários solucionaria a dependência do capital externo para estes bens. O Plano aceitou os riscos de aumento dos déficits comerciais e dívida externa, em troca se desenvolveria uma estrutura industrial mais madura capaz de superar a crise vivida naquele momento.

As prioridades recairiam sobre o setor energético, por meio do aumento da prospecção de petróleo e da produção de energia elétrica e nuclear; sobre os setores siderúrgico e petroquímico; e sobre a indústria de bens de capital. Para a concretização desses objetivos, o governo contaria com o auxílio de empresas estatais como produtoras e como grande mercado para as indústrias do setor privado (LACERDA, 2018, p. 119).

Da mesma maneira que ocorreu o financiamento do I PND, o governo financiou as EMN através de órgãos financeiros da União, desta vez em maior escala através do BNDE. Mesmo com resultados positivos de crescimento, os investimentos

realizados reproduziram, nas contas públicas, déficits nas transações correntes e aumento da inflação. Tais consequências, segundo Pires (2010), levaram a uma desaceleração no crescimento industrial.

Estas principais características formam o modelo de industrialização no período pós guerra e durante as transformações iniciais na indústria, foram o embasamento das políticas econômicas do período. Em geral, no processo de desenvolvimento econômico, o setor industrial tem importância no fortalecimento da cadeia produtiva de um país. Caracterizado por ser setor que demanda maior nível de capacitação dos trabalhadores, a indústria gera maior valor agregado.

3.3 POLÍTICAS INDUSTRIAIS BRASILEIRAS ENTRE 1990 E 2015

As políticas industriais anteriores a década de 1990 foram caracterizadas pela construção dos setores produtivos. Assim, diversos investimentos foram feitos com o objetivo de expandir a estrutura industrial nacional. Desta maneira, a industrialização possibilitou a geração de empregos e crescimento econômico, fazendo com que a economia nacional alcançasse crescimento expressivo em vários momentos.

Porém, os modelos criados para o fortalecimento da indústria tiveram sua capacidade reduzida. A partir da década de 90, os novos governos passaram a reformular as políticas industriais. O modelo antigo foi substituído e as novas políticas teriam o desafio de criar uma nova dinâmica para o setor industrial possibilitando uma maior eficiência em relação aos mercados internacionais.

3.3.1 Política Industrial e de Comércio Exterior (Pice) em 1990

Após diversas décadas com uma política econômica sustentada por planos de desenvolvimento, a partir de 1990 houve reestruturação do modelo produtivo. O modelo de substituições de importações havia se esgotado e juntamente com um cenário mundial, teve início uma abertura econômica e intensificação nos processos de privatização de empresas estatais.

De maneira diferente das políticas industriais anteriores, a partir de 1990, as novas políticas passaram a ter objetivo de desenvolvimento dos fatores produtivos. A nova política industrial denominada Política Industrial e de Comércio Exterior (Pice) enfatizava a competitividade. Segundo o Ministério da Economia (1991), a nova

política industrial tinha como base a modernização e reestruturação da indústria, e seu objetivo principal era a elevação da produtividade tanto na produção quanto na comercialização de bens e serviços. Segundo Guimarães (1996) ela era baseada nas seguintes estratégias:

- a) redução progressiva dos níveis de proteção tarifária, eliminação da distribuição indiscriminada e não transparente de incentivos e subsídios e fortalecimento dos mecanismos de defesa da concorrência;
- b) reestruturação competitiva da indústria mediante a adoção de mecanismos de coordenação, de instrumentos de apoio creditício e de fortalecimento da infraestrutura tecnológica;
- c) fortalecimento de segmentos potencialmente competitivos e desenvolvimento de novos setores, por meio de maior especialização da produção;
- d) exposição da indústria à competição internacional, visando a maior inserção no mercado externo, a melhora da qualidade e preço no mercado interno e aumento da competição em setores oligopolizados;
- e) capacitação tecnológica da empresa nacional, por meio de proteção tarifária seletiva às indústrias de tecnologia de ponta e do apoio à difusão das inovações nos demais setores;

Para isso, o Programa de Competitividade Industrial (PCI) e o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP) foram criados e utilizados como instrumentos principais.

3.3.2 As novas Diretrizes na Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) em 2003

Nas décadas anteriores aos anos 2000, diversas estratégias foram executadas para o desenvolvimento da indústria nacional. Nos anos 1960 e 1970 foram construídas as estruturas físicas da indústria. Na década de 1990 o foco passou a ser a competitividade produtiva. Após estes cenários, em 2003 o governo federal lançou uma nova política industrial, chamada de “Diretrizes na Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior”.

Segundo Salerno (2004), as novas diretrizes buscavam incentivar a mudança do patamar competitivo da indústria brasileira, objetivando diferenciação e inovação de produtos. Tal estratégia competitiva tenderia a gerar mais renda.

A PITCE foi articulada em três eixos complementares:

- 1) Linhas de ação horizontais
 - i) inovação e desenvolvimento tecnológico
 - ii) inserção externa
 - iii) modernização industrial
 - iv) capacidade e escala produtiva / ambiente institucional
- 2) Opções estratégicas
 - i) semicondutores
 - ii) software
 - iii) bens de capital
 - iv) fármacos e medicamentos
- 3) Atividades portadoras de futuro
 - i) biotecnologia
 - ii) nanotecnologia
 - iii) biomassa / atividades relativas ao Protocolo de Quioto

Dentro de cada eixo, o governo agiria com políticas incentivadoras e inclusivas. Estas ações proporcionaram, aos setores industriais, oportunidades para maior eficiência e competitividade. As diretrizes da PITCE buscaram sustentar o desenvolvimento industrial no longo prazo, assim focando na inovação.

3.3.3 Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) em 2008

Cinco anos após o lançamento do PITCE, o governo brasileiro lançou mais uma Política Industrial. A Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) tinha como meta estimular o setor industrial nos 24 setores que abrangia. Por meio de subsídios, estímulos de crédito, isenção e redução de tributos o Governo Federal planejava impulsionar o crescimento econômico e industrial. Assim, obteria resultados na geração de empregos e aumento de competitividade.

Os objetivos da PDP eram ampliar a capacidade de oferta; preservar a robustez do balanço de pagamentos; elevar a capacidade de inovação; e fortalecer as micro e pequenas empresas. O alcance destes objetivos dependia da ampliação do investimento fixo de 17,6% do PIB em 2007 para

21% em 2010; do aumento dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento para 0,65% do PIB; da ampliação da participação das exportações brasileiras nas exportações mundiais de 1,18% em 2007 para 1,25% no final de 2010; e da ampliação em 10% o número de micro e pequenas empresas exportadoras (CORONEL et al., 2014, p. 103-119).

As medidas e ações na PDP eram classificadas em quatro categorias: de desoneração e isenção tributária; de crédito e financiamento; regulatórias; diversas. Em geral a estruturação do PDP foi desenvolvida tendo como agente principal o governo. As desonerações e isenções tributárias adicionadas aos estímulos para crédito e financiamento buscavam elevar o investimento e crescimento industrial.

3.3.4 Plano Brasil Maior (PBM) em 2011

Em 2011 e com base no PDP, o governo lançou a terceira política industrial em menos de 15 anos. Segundo Mattos (2013) o Plano Brasil Maior (PBM) era organizado em cinco Diretrizes Estruturantes (DE):

- a) Fortalecimento das cadeias produtivas com em setores industriais intensamente atingidos pela concorrência das importações;
- b) Ampliação e Criação de Novas Competências Tecnológicas;
- c) Desenvolvimento das Cadeias de Suprimento em Energias;
- d) Diversificação das Exportações e Internacionalização Corporativa;
- e) Promoção de produtos manufaturados de tecnologias intermediárias com consolidação de competências na economia do conhecimento natural;

O PBM apresentou 35 medidas estruturadas de maneira horizontal entre os setores. Os instrumentos do PBM guiarão a indústria nacional no aumento da produtividade e proteção e incentivos para a competição à concorrentes internacionais.

Dentro do PBM, dezenove setores receberiam estímulos especiais.

Quase 25% das medidas do PBM são direcionadas à agroindústria. Em seguida vêm os setores automotivo (10% das medidas) com 29 medidas, e o complexo da saúde (também 10%). [...] No setor de defesa, aeronáutica e espacial, com 9,76% das medidas (28). Por fim, bens de capital com 8,36% das medidas (24) e o setor de tecnologia da informação e complexo eletrônico (TICs) com 8,01% (23) têm papel destacado, em linha com as políticas industriais clássicas (MATTOS, 2013. p.3).

As diretrizes estruturais do PBM não deixaram claro quais os reais objetivos do plano. Mesmo tendo sua base em protecionismo, inovação e produtividade, as medidas estruturais contêm diversas ações que em certos casos são mais intenções do que metas.

De maneira crítica ao PBM, Menezes Filho e Kannebley Junior (apud Mattos, 2013) expõem que no Brasil a produtividade total dos fatores aumenta nos períodos de abertura econômica (1990/97) e decai no período de fechamento (1985/90). Sendo assim, as medidas que visam incentivar a proteção da indústria nacional como também o aumento de produtividade podem ter resultado inverso.

As novas políticas definidas pelos governos mais recentes da história política Brasileira, visão possibilitar a inserção da indústria dentro do mercado global. As mudanças no setor industrial são necessárias devido ao atraso industrial que o país vem experienciando. Problemas como burocracia, alta carga tributária e baixa produtividade influenciam de maneira direta tanto o crescimento quanto o desenvolvimento industrial. Deste modo, o acompanhamento da execução das políticas industriais é necessário para a definição de um destino claro a indústria nacional.

4 DESINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA E ANÁLISE DE INDICADORES DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Após o desenvolvimento industrial vivido pela indústria brasileira até 1980, o Brasil vem apresentando um crescimento lento. O país passou por mudanças estruturais que levaram a resultados diferentes das décadas anteriores. Com isso, o setor industrial acompanhou esse movimento e foi um dos setores que menos cresceu a partir dos anos 90.

O conceito de “desindustrialização”, segundo Oreiro e Feijó (2010), recebe no meio acadêmico, duas definições. A primeira foi elaborada por Rowthorn e Ramaswany (1999), classificando a desindustrialização como a redução da participação industrial no emprego geral de uma região ou país. A segunda foi a definição de Tregenna (2009), onde a desindustrialização se caracteriza por uma redução do valor adicionado da indústria e do emprego industrial em relação ao emprego total e ao PIB.

Diante do exposto, este capítulo tem como objetivo abordar e analisar indicadores relacionados a desindustrialização. Desta maneira, os principais indicadores a serem analisados serão: o valor adicionado, emprego, composição da indústria, produtividade, exportações e importações.

4.1 VALOR ADICIONADO E DESINDUSTRIALIZAÇÃO PRECOCE

No estudo setorial da desindustrialização brasileira, segundo IEDI (2019), entre o período de 1981 a 2018, a taxa de crescimento do Brasil é inferior à taxa de crescimento mundial e, além disso, está muito abaixo do crescimento de países em desenvolvimento. O instituto destaca que a redução da parcela do Valor Adicionado Bruto (VAB) da indústria de transformação no Produto Interno Bruto mensurado a preços básicos (PIBpb) e a preços constantes, foi de 19,7% para 11,3% entre 1980 e 2018.

Nesse contexto, a preocupação passa ser a perda de dinamismo no setor manufatureiro, que pode enfraquecer cadeias econômicas ligadas ao seu desenvolvimento. Segundo a CNI (2020) a indústria se destaca por gerar maior valor agregado frente a demais setores.

Na tabela 4, apresenta-se os valores gerados por cada setor da economia em relação ao valor produzido. A indústria é o setor que apresenta maior intensidade de tecnologia e representa maior valor adicionado se comparada a agricultura e serviços.

Tabela 4 - Poder de geração de valor gerado, por setor, para a economia

Setor	Valor produzido	Valor gerado
Indústria (Geral)	R\$ 1,00	R\$ 2,40
Indústria (Transformação)	R\$ 1,00	R\$ 2,63
Agricultura	R\$ 1,00	R\$ 1,66
Comércio e Serviços	R\$ 1,00	R\$ 1,49

Fonte: CNI (2020). Elaborado pelo autor.

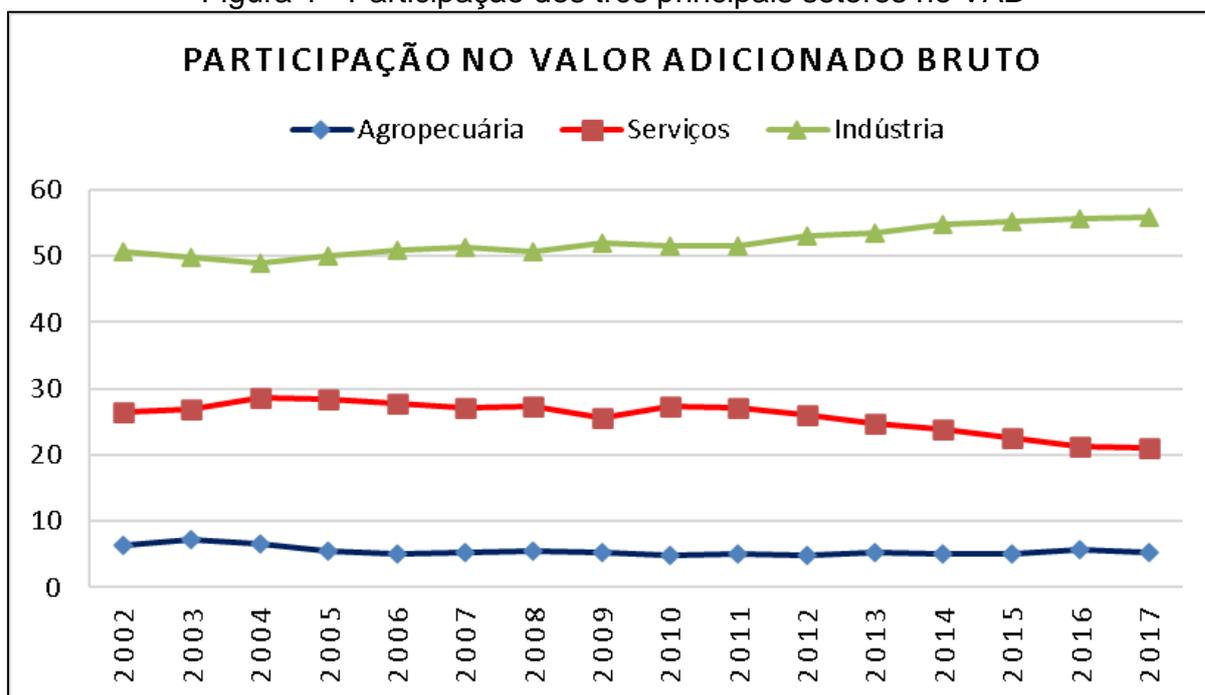
Por ser um país em desenvolvimento, o setor industrial brasileiro é essencial para agregar valor nas cadeias produtivas. Em estudo divulgado pela CNI (2020), a cada R\$ 1,00 produzido pela indústria, o valor gerado na economia é de R\$ 2,40. Este

valor é acima de outros setores como agricultura, comércio e serviços, os quais representam R\$ 1,66 e R\$ 1,49 de valor gerado, respectivamente. Ainda de acordo com a CNI, a indústria representa, em março de 2020, 20,9% do PIB brasileiro, e sua participação geral vem diminuindo devido a fatores macroeconômicos e situações econômicas internas. Além disso, a indústria se torna relevante ao produzir inovações tecnológicas, elevar a produtividade da economia, promover o desenvolvimento regional e gerar superávit comercial.

Por outro lado, economicamente desde a década de 80, o país não conseguiu um crescimento econômico contínuo e ainda sofre com atrasos de produtividade e concorrência externa. Mesmo sendo aliada do crescimento Brasileiro, a indústria vem perdendo espaço na economia nacional.

Na Figura 1 tem-se a participação no VAB dos três principais setores da economia brasileira.

Figura 1 - Participação dos três principais setores no VAB



Fonte: IBGE (2019). Elaborado pelo autor.

Nota: Valores a preços constantes.

Nota-se que a partir de 2010 a participação no VAB da Indústria aumentou e a de serviços diminuiu. Este acontecimento revela um problema para a economia nacional, visto que o setor industrial tem diminuído sua participação no PIB e o de serviços tem aumentado tal participação. O contraste entre os indicadores de

crescimento da participação no PIB e participação no valor adicionado indica uma reprimarização da economia, onde a força de trabalho está se deslocando para setores que exigem menores qualificações.

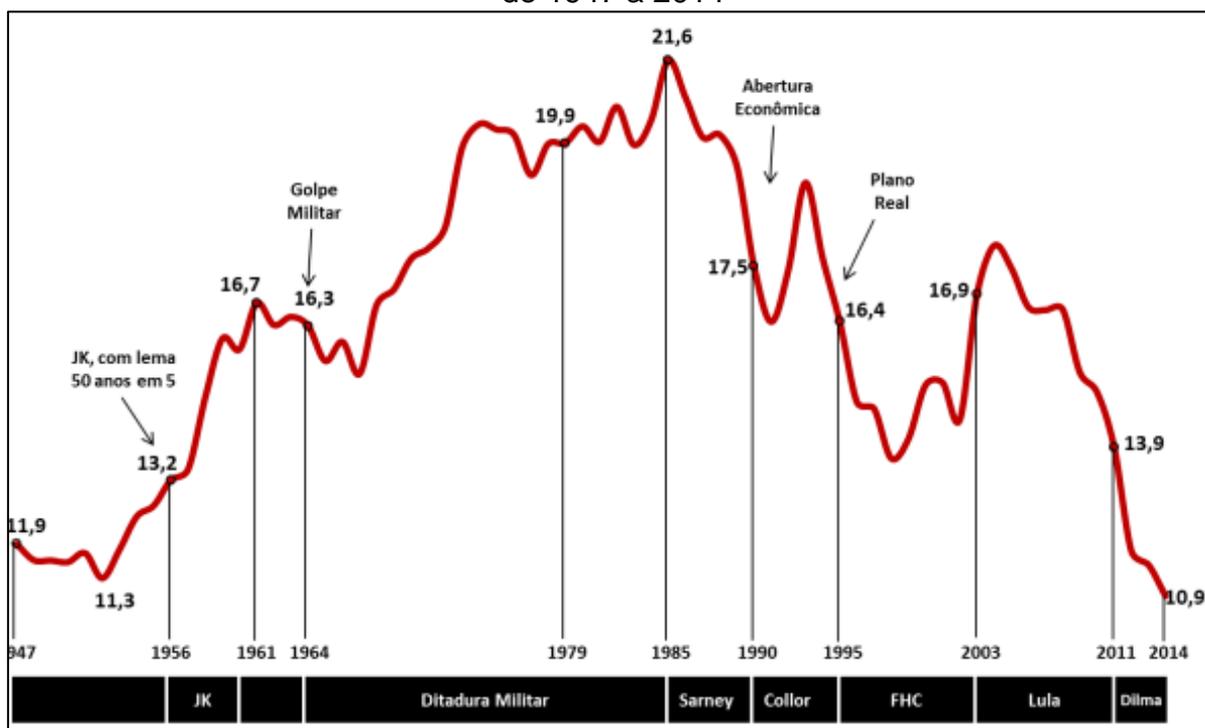
Comparado a países desenvolvidos em seus períodos de desindustrialização, o Brasil passou a se desindustrializar em um estágio de renda muito inferior, o que pode evidenciar uma desindustrialização prematura. Segundo Rodrik (2019), a manufatura passa a perder participação no PIB quando a renda per capita atinge US\$ 20 mil em paridade de poder de compra (PPC) de 2016. Ao analisar o Brasil em 1981, onde o autor indica o momento inicial de desindustrialização, a renda per capita do país era de US\$ 10,8 mil em PPC de 2016.

Em sua maioria, países altamente avançados tornaram-se desenvolvidos e alcançaram renda per capita elevada durante seus respectivos períodos de industrialização. Nessa perspectiva, a diminuição do peso da manufatura na economia total reduziu a potência do motor do crescimento, logo, taxas menores de crescimento foram obtidas no Brasil desde o início da desindustrialização comparativamente ao período de industrialização (IEDI, 2019, p. 3).

Em relação aos países desenvolvidos, o Brasil não conseguiu em seu processo de industrialização atingir o mesmo nível de renda per capita. A diminuição da manufatura no PIB passou a refletir a perda de espaço da indústria para os serviços, os quais geralmente informais e de baixa produtividade, passaram a aumentar seu peso na economia. Tal mudança pode gerar resultados negativos para o amadurecimento da economia nacional, caso o aumento da participação dos serviços no PIB não seja acompanhado de desenvolvimento tecnológico e produtivo.

Na Figura 2 destaca-se a evolução da participação da indústria de transformação brasileira no PIB. Faz-se a relação deste indicador da indústria com os diferentes momentos políticos da economia nacional e importantes momentos econômicos, como Abertura Econômica e Plano Real.

Figura 2 - Evolução da Participação da Indústria de Transformação no PIB (em %) de 1947 a 2014



Fonte: IBGE (ano). Elaboração: Depecon.

Na Figura 2, pode-se analisar a evolução da participação da indústria de transformação no PIB brasileiro. Nota-se que esta participação passou a decair logo após atingir o pico em 1985. Nas três décadas anteriores a 1980, a indústria assumiu papel relevante quanto ao crescimento e desenvolvimento da economia nacional. A partir de 1981 o Brasil passou a viver a crise da dívida externa, e junto com a redução do governo no desenvolvimento de infraestrutura, a indústria começou a se retrair em relação à economia. Outro ponto a ser abordado foi a abertura comercial que passou a ser feita no país, tal abertura trouxe mais concorrência externa e ao mesmo tempo levou muitas indústrias à falência. Os investimentos também reduziram neste período devido à redução de tarifas alfandegárias e aumento da inflação.

Como contraponto, destaca-se que o país é um dos mais fechados do mundo em relação a comércio internacional, segundo SAE apud Oliveira e Giambiagi (2018), o nível de comércio internacional do Brasil foi de 25% do PIB em 2018, e na média de 2012 a 2015 o Brasil só ficou à frente do Sudão em abertura comercial. Este fechamento da economia favorece a improdutividade e facilita o enfraquecimento da competição.

Um segundo momento de forte retração passou a ocorrer após 2009. Na análise do DEPECON (2015), boa parte dos investimentos estrangeiros saíram do país com a crise americana do *Subprime*. E nos anos posteriores, o país vivenciou um cenário político-econômico de insegurança, marcado por escândalos de corrupção, recessão econômica e instabilidade política. Assim, a indústria continuou a ter sua participação no PIB diminuída.

Desde a década de 80 com o surgimento de novas tecnologias, a indústria global passa por um enfraquecimento na participação do PIB global. Porém, para Morceiro e Guilhoto (2019) a desindustrialização brasileira, neste período, foi mais intensiva do que a desindustrialização global. Na Tabela 5 é demonstrado o VAB da indústria de transformação e grau de industrialização entre 1980 e 2015.

Tabela 5 - Valor adicionado bruto da indústria de transformação e grau de industrialização (1980-2015)

	Mundo			Mundos sem China			Brasil		
	1980	2015	Δ%	1980	2015	Δ%	1980	2015	Δ%
Indústria de transformação (% no PIBpb), a preços constantes de 2005	16,3	18	10	16,2	16,1	-0,61	23	13,3	-42
VAB real da manufatura (1980 = 1,00)	1	2,75	175	1	2,24	124	1	1,28	28

Fonte: Nações Unidas, Banco Mundial e IBGE. Elaboração: Morceiro e Guilhoto (2019).

Evidencia-se que ao longo do período não houve tendência de desindustrialização da economia mundial quanto a industrialização mensurada a preços constantes, sendo que o mundo aumentou sua industrialização em 10%. Neste mesmo período o indicador brasileiro decaiu 42%.

O segundo indicador, referente ao produto manufatureiro real, revela que o VAB real da indústria brasileira cresceu apenas 28% no período. Este número comparado as categorias de Mundo e Mundo sem China, revela um crescimento em ritmo de seis e quatro vezes menor da indústria brasileira frente a indústria mundial.

Através da análise do VAB da indústria brasileira, pode-se afirmar que há desindustrialização da indústria nacional, já que o grau de industrialização brasileiro diminuiu nas últimas 4 décadas. A mesma situação não acontece na indústria global, a qual não se desindustrializou durante o período analisado.

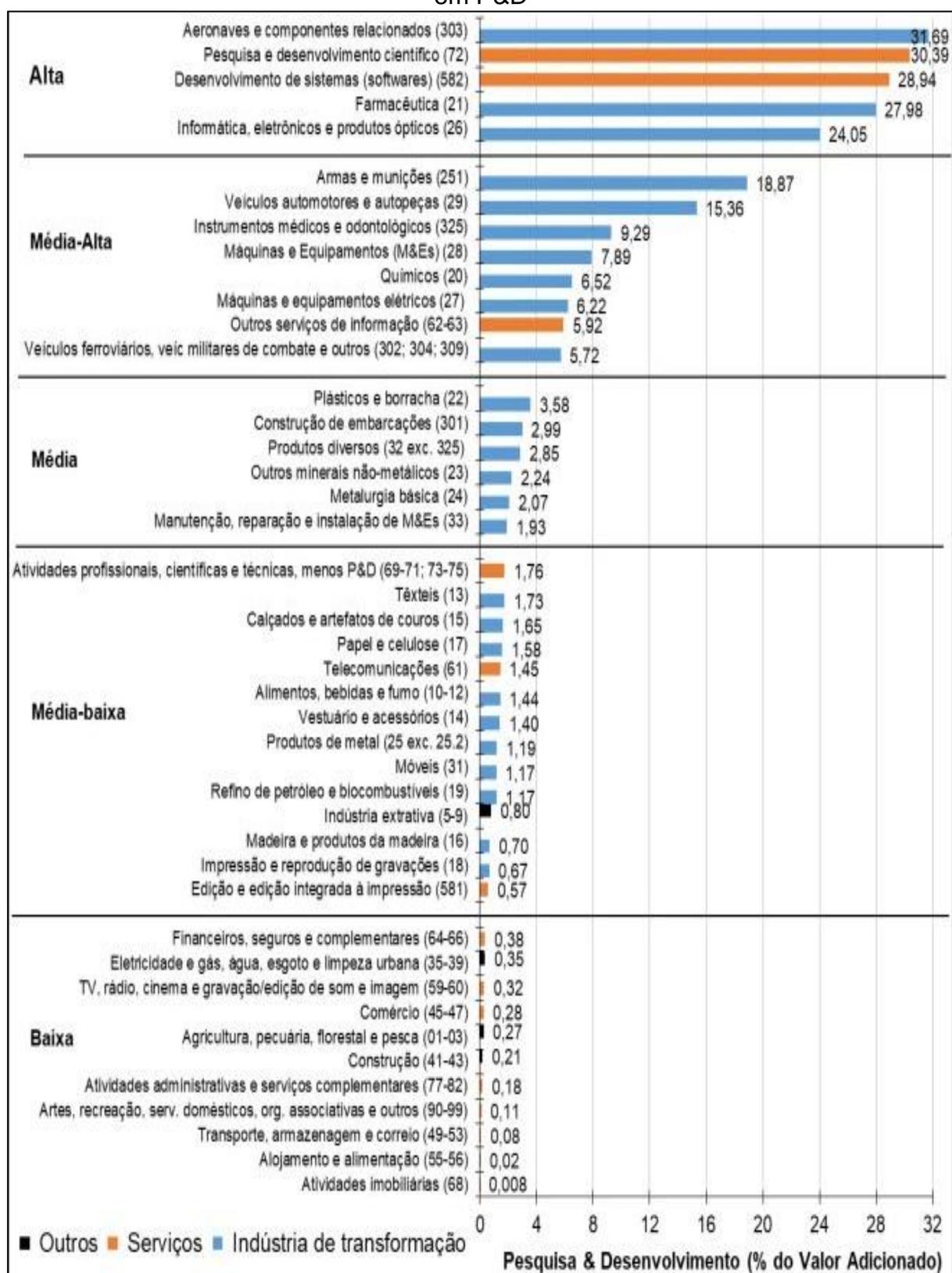
4.2 INTENSIDADE TECNOLÓGICA E PARTICIPAÇÃO NO EMPREGO

O aumento da participação dos setores de serviços na economia é uma tendência mundial. Como já mencionado, a partir do último quarto do século XX houve na economia mundial um processo de enfraquecimento na indústria, por outro lado, áreas como tecnologia da informação e comunicação passaram a gerar tendências de desenvolvimento.

Na Figura 3 tem-se a nova taxonomia dos países da OCDE¹, a qual hierarquiza os setores produtivos baseada nos investimentos em P&D divididos pelo VAB dos países que fazem parte da OCDE.

¹ Países membros: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, Coreia, Dinamarca, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Islândia, Israel, Itália, Japão, Letônia, Luxemburgo, México, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Peru, Polônia, Portugal e Reino Unido.

Figura 3 – Nova taxonomia da OCDE das atividades econômicas pela intensidade em P&D



Fonte: OCDE (apud MORCEIRO, 2018).

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE apud MORCEIRO, 2018) entre os 13 setores de alta e média-alta intensidade em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), 10 são manufatureiros e 3 de serviços. A mudança ocorrida nas economias mundiais pelo aumento da participação dos serviços no PIB pode ser benéfica desde que estes setores de serviços de alta e média-alta intensidade em P&D aumentem seu peso na economia. Por outro lado, caso os setores manufatureiros de média-baixa e média intensidade em P&D percam participação na economia, essa transformação pode ser negativa para a economia, isso pois é nestas camadas onde se encontram a maior parte das empresas manufatureiras.

Como exemplificação dos dois casos, pode-se usar como exemplo positivo os Estados Unidos, onde nas últimas três décadas desde 2020, empresas de serviços intensivas em tecnologia vêm aumentando suas participações no mercado americano. No negativo, a economia brasileira, onde empresas industriais vêm perdendo espaço para setores de serviços onde a intensidade tecnológica é média ou baixa.

O estudo da OCDE, que levou em conta apenas o setor privado, revela que a intensidade em P&D entre os grupos tecnológicos têm variações distintas. Os 5 setores do grupo de alta intensidade investem aproximadamente 25% do VAB em P&D. A variação dos setores classificados como média-alta intensidade tecnológica ficou entre 5,72% e 18,87% do VAB. Destaca-se o fato de que no total dos 44 setores, 31 tiveram investimentos inferiores a 2,0% do VAB em P&D, o que representa 70% dos setores.

Setores não manufatureiros e a maior parte dos setores de serviços fazem pouca P&D, assim suas classificações ficam nos grupos de baixa e média-baixa intensidade em P&D. Setores que atualmente tem boa participação no PIB ou no emprego estão na classificação de baixa intensidade em P&D, por exemplo: construção civil, comércio e agropecuária. Ressalta-se que não há nenhum setor manufatureiro classificado como de baixa intensidade, o que pode classificar a indústria como setor que requer maior qualificação no seu capital empregado.

De maneira a complementar o estudo da OCDE, Morceiro (2018) fez a relação entre o Brasil e os países da OCDE no tocante a intensidade tecnológica em P&D. Abaixo na Figura 4, pode-se relacionar o P&D sobre o PIB entre países da OCDE e o Brasil.

Figura 4 - Intensidade tecnológica: P&D sobre o PIB (%), Brasil versus OCDE

	Brasil (A)	OCDE (B)	A / B
Outros equipamentos de transporte	10,74	20,44	0,53
Equipamentos de informática; eletrônicos e ópticos	9,97	24,05	0,41
Químicos	8,13	6,52	1,25
Veículos automotores e autopeças	5,99	15,36	0,39
Farmoquímicos e farmacêuticos	5,13	27,98	0,18
Arquitetura, engenharia, análises técnicas e P&D	4,40	11,80	0,37
Máquinas e equipamentos elétricos	3,08	6,22	0,50
Máquinas e equipamentos mecânicos	2,55	7,89	0,32
Metalurgia	2,47	2,07	1,19
Agropecuária	1,51	0,27	5,59
Desenvolvimento de sistemas, outros serviços de info.	1,47	8,56	0,17
Borracha e de material plástico	1,44	3,58	0,40
Celulose, papel e produtos de papel	1,22	1,58	0,77
Indústria extrativa	1,11	0,80	1,38
Telecomunicações	1,05	1,45	0,72
Eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana	1,02	0,35	2,92
Calçados e de artefatos de couro	0,95	1,65	0,58
Alimentos, bebidas e fumo	0,79	1,44	0,55
Minerais não-metálicos	0,50	2,24	0,22
Vestuário e acessórios	0,41	1,40	0,29
Produtos de metal, exceto M&Es	0,39	1,68	0,23
Móveis e de produtos de indústrias diversas	0,36	2,43	0,15
Têxteis	0,36	1,73	0,21
Edição e edição integrada à impressão	0,29	0,57	0,51
Produtos da madeira	0,22	0,70	0,31
Comércio	0,10	0,28	0,36

Fonte: IBGE (2015); Galindo Rueda e Verger (2016, apud MORCEIRO, 2018). Elaboração: Morceiro (2018).

Nota: PIB a preços básicos ou VAB. Dados de 2013 para o Brasil e 2011 para OCDE.

A maioria dos países que compõem a OCDE estão em um nível de desenvolvimento maior que o brasileiro. Através da Figura 4, pode-se observar que em apenas cinco setores o Brasil apresenta maior porcentagem de intensidade tecnológica que os países da OCDE. São eles: químicos, metalurgia, agropecuária, indústria extrativa e serviços classificados em eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana. A agropecuária representa a maior diferença na comparação, sendo cinco vezes mais intensiva em P&D no Brasil.

Além de o Brasil ser uma nação em desenvolvimento, sua renda per capita é muito inferior à da maioria dos países da OCDE, que são majoritariamente desenvolvidos. Nessas economias, os setores tecnológicos, sejam eles manufatureiros ou não manufatureiros, tem um peso maior na composição da estrutura produtiva que no Brasil, assim como contribuem mais para o desenvolvimento tecnológico. Para exemplificar, a indústria farmacêutica e o setor produtor de equipamentos de informática, eletrônicos e produtos investem em P&D cerca de um quarto do PIB, enquanto no Brasil esses setores investiram percentual bem menor (MORCEIRO, 2008, p. 121).

Em relação a indústria brasileira, os setores químicos e metalurgia, classificados na Indústria de transformação, possuem maior intensidade tecnológica sobre o PIB que os países da OCDE. Ressalta-se que estes setores possuem boa participação estatal, visto que parte das grandes empresas que atuam nestes setores já tiveram ou ainda têm participação do governo, casos da Companhia Siderúrgica Nacional e da Petrobras, respectivamente. Com a relação à indústria extrativa também se tem a participação de grandes empresas, exemplo da Vale do Rio Doce, a qual o governo brasileiro em 2020 tem participação através de meio de controle acionário².

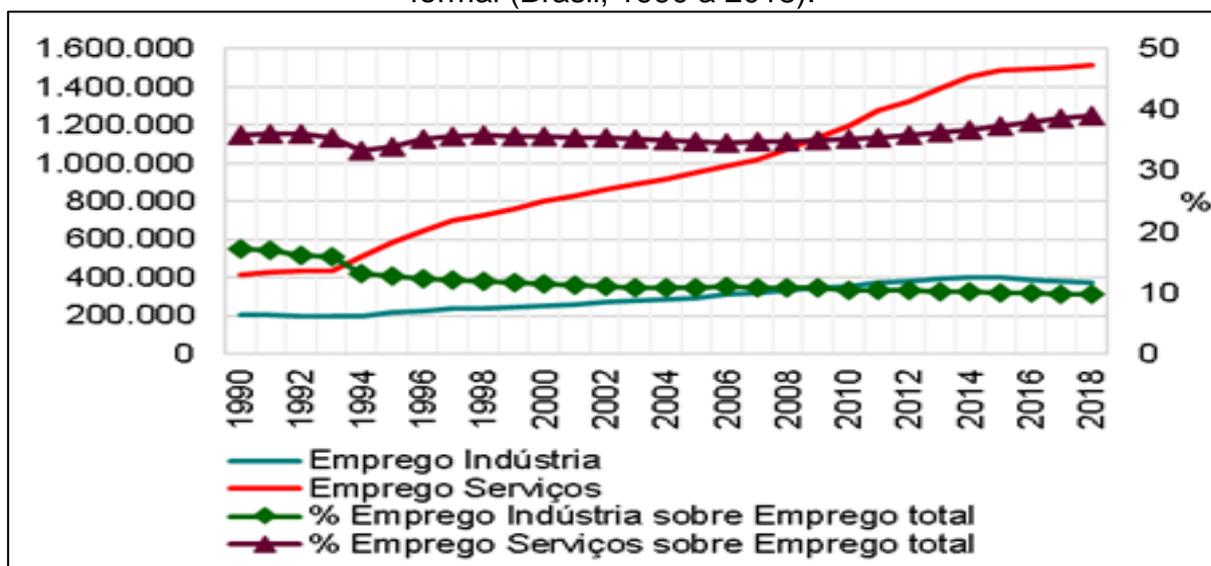
Com o deslocamento de parte dos trabalhadores formais brasileiros para setores de menor intensidade tecnológica desde o início dos anos 2000, a indústria tem apresentado variações no seu número de trabalhadores formais. Durante este período, o setor manufatureiro não conseguiu apresentar consistência na manutenção dos empregos gerados pelo mesmo.

A análise da criação de empregos formais tem relevância para identificar os movimentos da mão de trabalho nacional. A abordagem do número de emprego faz-se necessária pois a maior composição do PIB nacional está atrelada aos setores de comércio, serviços e indústria, e a redução no número de empregos de um setor tende a mostrar o crescimento do emprego em outro.

A Figura 5 representa a geração de emprego formal do setor de serviços e indústria. A comparação feita é com base nos cinco maiores setores de emprego (Construção Civil, Indústria, Comércio, Serviços e Agropecuária).

² O governo possui 12 *golden shares* da mineradora. Assim tem o poder de veto quanto à alteração da denominação social, mudança da sede social e do objeto social referente à exploração de jazidas minerais. Além disso, as ações dão o direito de vetar a liquidação da empresa e alienação ou encerramento de etapas dos sistemas de exploração de minério de ferro.

Figura 5 - Comparação entre setor de serviços e indústria: geração de emprego formal (Brasil, 1990 a 2018).



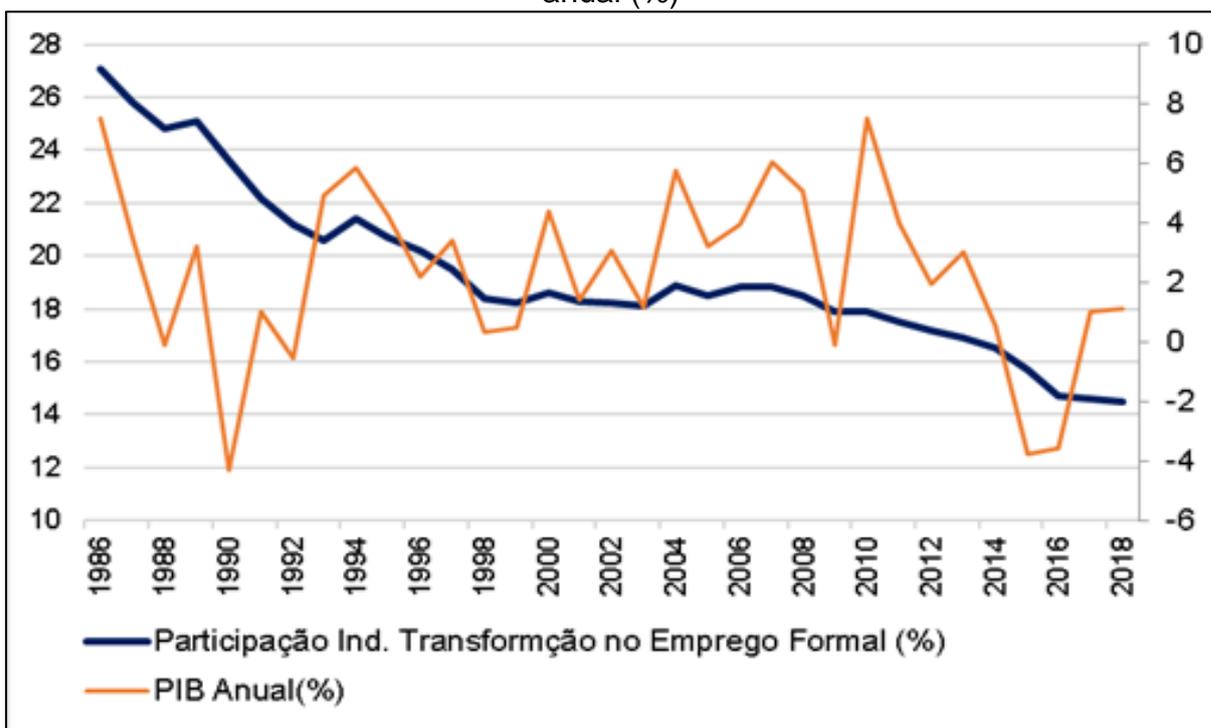
Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Elaborado pelo autor.

Conforme a Figura 5, pode-se observar que no período analisado há um contraste da geração de emprego formal entre a indústria e os serviços. A indústria mesmo tendo aumentado seu número de empregos vem perdendo participação sobre o emprego total. Já o setor de serviços, principalmente a partir de 2010 aumentou de maneira significativa sua participação no emprego formal. Desde 1990, o cenário econômico passou por diferentes momentos, ciclos de expansão e retração e acontecimentos políticos econômicos que mudaram a estrutura econômica do país. Dentro deste cenário, nos últimos 30 anos em relação a 2020, houve um grande crescimento na geração de emprego pelo setor de serviços. Crescimento não vivenciado pela Indústria, que além de não conseguir gerar empregos acima da média da entrada de novos trabalhadores no mercado, teve sua participação na geração do emprego total diminuída.

Outro indicador que apresenta queda e reflete a redução da participação da indústria na economia Brasileira é a participação da indústria de transformação no emprego formal. A partir da última década do século XX, a Indústria brasileira vem passando por diversos problemas que a fragilizam frente ao mercado e à concorrência internacional.

Na Figura 6 pode-se observar a variação da participação da indústria de transformação no emprego formal versus o PIB no mesmo período.

Figura 6 - Participação da indústria de transformação no emprego formal (%) vs PIB anual (%)



Fonte: CNI e IPEA (2020). Elaborado pelo autor.

Comparado a outros setores da economia, o número de pessoas empregadas na indústria de transformação diminuiu. Desde 1985 após o fim do período do regime militar, a indústria de transformação tem reduzido suas participações no emprego formal brasileiro.

Neste período, começando pela década de 80, houve por parte do governo medidas de ajuste cambial que resultaram no aumento da inflação. O declínio do PIB neste período foi liderado pelo setor Industrial. O crescimento médio da economia foi de 2,9% (1980-89) e houve forte desaceleração do crescimento econômico sendo a indústria o setor mais afetado pelas transformações econômicas. Na década seguinte, o país passou por transformações notórias. Mesmo com um cenário político instável, a reforma monetária realizada em 1994, possibilitou ao Brasil a estabilização da economia e dos preços. Nestes 10 anos, a participação da Indústria de transformação no emprego formal caiu 5,4%.

Na década de 2000, destaca-se os três pilares do tripé macroeconômico: (i) a implantação do sistema de metas para a inflação em 1999; (ii) a consolidação fiscal; e (iii) o estabelecimento do regime de câmbio flutuante. A indústria pode apresentar

bons resultados neste período e não houve declínio quanto a geração de emprego formal.

As reformas microeconômicas aliadas ao cenário externo de forte crescimento global e elevação do preço das commodities entre 2003 e 2010 marcaram fortemente o desempenho da economia brasileira. O crescimento médio foi de 4,6% ao ano nesta década e foram obtidas importantes conquistas sociais – como a redução da desigualdade da renda do trabalho, com queda de 10% do índice de Gini (RESENDE et al., 2018, p. 12).

A década de 2010 é marcada por um início otimista, com o país crescendo 7,5% do PIB em 2010. Em contraste, em 2015 o país vivia a maior crise de sua história. Nesta última década, a indústria vem perdendo seu espaço de maneira rápida com uma instabilidade política grande. A economia do país passa por um período de mudanças e a indústria vem perdendo de maneira significativa sua participação no emprego formal, no qual de 2010 a 2018 a variação na geração de emprego formal foi de -3,4%.

Dentro do cenário nacional, os setores que mais cresceram sua participação para a geração de emprego formal, segundo Souen e Campos (2017), foram comércio e serviços. De 2003 a 2015, a variação acumulada da indústria na variação de emprego formal foi de 9,7%, já comércio e serviços tiveram uma variação média acumulada de 52,3%.

Os setores que mais contribuíram com o crescimento do emprego formal até o ano de 2014 foram os grandes setores de comércio e reparação, serviços de um modo geral e a construção civil; [...], esse desempenho dos não *Tradables*, e as consequências para o mercado de trabalho, destacando o elevado crescimento do emprego formal, teve forte relação com um determinado modo de funcionamento da economia baseado no real valorizado por longo período, o que possibilitou uma inflação relativamente baixa e a elevação do poder de compra dos salários, que somados aos ganhos salariais referentes aos reajustes das categorias e a política de valorização do salário mínimo, permitiram a dinamização do consumo e a demanda doméstica (SOUEN; CAMPOS, 2017, p. 52).

Isso evidencia um movimento de mão de obra muito baixo na indústria. De maneira geral, os setores da indústria foram os setores que tiveram os menores resultados na evolução do emprego formal. Segundo dados da PNAD (apud FIESP, 2017), a indústria de transformação representava 88% de formalidade de emprego em 2015, sendo o setor com maior porcentagem nesse índice. Dito isto, a diminuição na participação do PIB e no número de empregos formais da indústria, caracteriza a

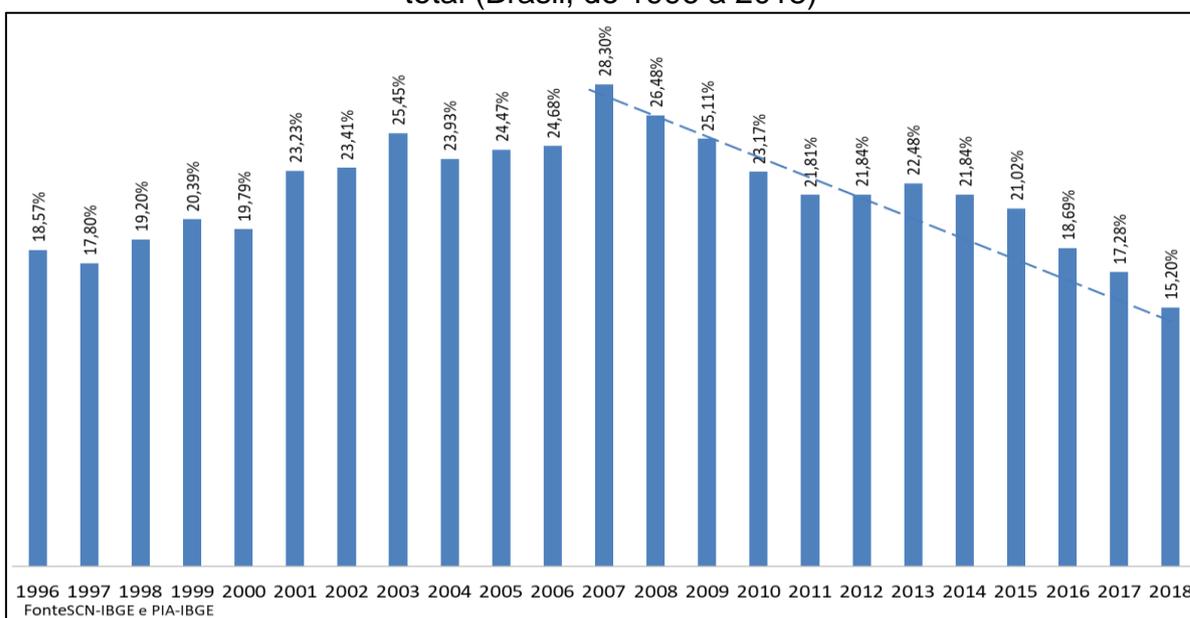
migração da força de trabalho para setores mais informais e com menor demanda por mão de obra qualificada.

4.3 COMPOSIÇÃO DA INDÚSTRIA (INVESTIMENTO E PRODUTIVIDADE)

A evolução da atividade industrial configura-se pela difusão de progresso técnico. Tem-se na indústria, através do investimento em ativos fixos, a oportunidade de aumento da capacidade de oferta e geração de renda e emprego. Por consequência, este investimento resulta em aumento da produtividade e difusão do crescimento Industrial. Desta maneira, o investimento industrial contribui para o aumento da produtividade industrial.

Na Figura 7, demonstra-se o investimento da indústria em relação ao investimento total no Brasil.

Figura 7 - Investimento da Indústria de transformação em relação ao investimento total (Brasil, de 1996 a 2018)



Fonte: SCN-IBGE e PIA-IBGE. Elaborado por IEDI (2019).

Nos primeiros quatro anos do período analisado na figura, 1996 a 2000, o investimento na indústria foi estável. Nestes anos o país passou pela estabilização do cenário econômico com a reforma monetária e controle da inflação, assim estas reformas possibilitaram maiores investimentos nos anos seguintes. De 2001 a 2005 o investimento cresceu em relação aos 5 anos anteriores e manteve-se estável em

relação ao investimento total. Neste período o país passava por estabilidade e retomada de confiança econômica.

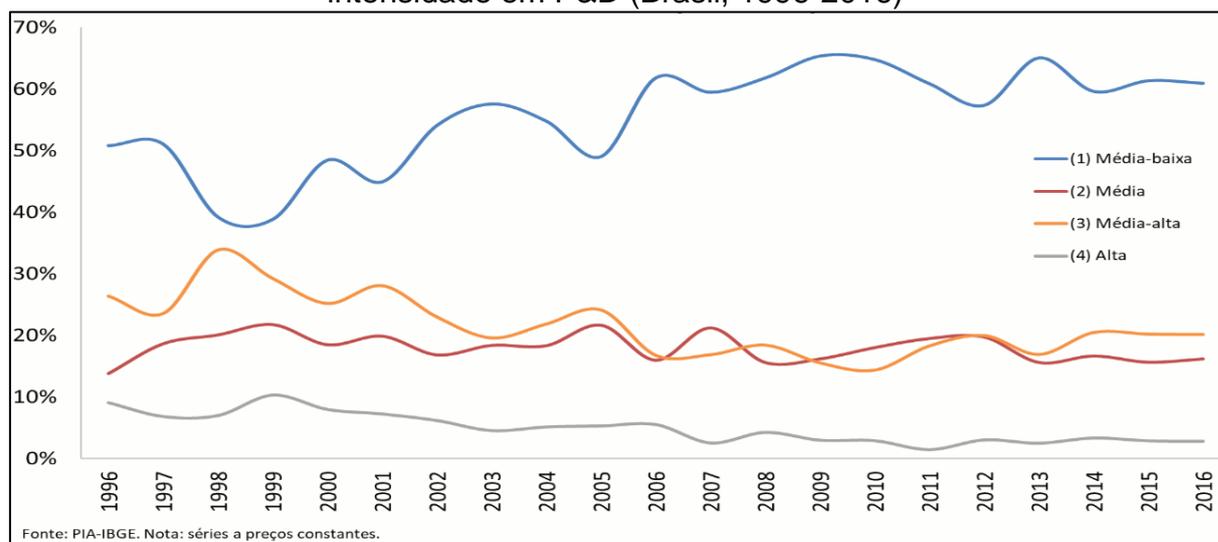
A partir de 2006 viveu-se na economia nacional um período curto de crescimento econômico. No período de 2006 a 2010, especificamente em 2007, a indústria chegou ao pico do valor investido em relação ao investimento total. Um ano após, com a crise internacional de 2008, o investimento estrangeiro saiu do país e a indústria sentiu os reflexos da concorrência internacional e passou a diminuir os seus investimentos.

De 2010 a 2013 a economia nacional mantinha-se responsável pelas políticas adotadas para enfrentar a crise internacional. O cenário nacional piorou com crise interna a partir de 2014, com cenário político instável a economia teve sua pior recessão já registrada. Os investimentos da indústria passaram a cair anualmente, representando declínio do investimento do setor sobre o investimento total.

Outro indicador a ser analisado, é o investimento na indústria de transformação pelos setores intensivos em P&D. Através dele pode-se analisar a composição do investimento da indústria de transformação brasileira.

Na Figura 8 é demonstrado o investimento líquido na indústria de transformação, conforme a sua participação por intensidade em P&D.

Figura 8 - Investimento líquido na indústria de transformação: participação por intensidade em P&D (Brasil, 1996-2016)



Fonte: PIA-IBGE. Elaborado por IEDI (2019).

A partir dos anos 2000, no Brasil, evidencia-se um padrão de comportamento quanto ao investimento na indústria de transformação. Em geral, 60% dos

investimentos é feito pelo setor de Média-baixa intensidade em P&D, neste setor estão classificados os setores de: têxteis; calçados e artefatos de couro; papel e celulose; alimentos, bebidas e fumo; vestuário e acessórios; refino de petróleo e biocombustíveis. No último setor, destaca-se a participação da Petrobras, a qual dentro da indústria nacional, é a empresa que mais investe na indústria brasileira³.

Na indústria de transformação, destacam-se dois setores pela relativamente elevada proporção de empresas investidoras: Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool (cerca de 80%), o qual é intensivo em recursos naturais e produtor de commodities, e Fabricação de máquinas de escritório e equipamentos de informática (cerca de 50%), o qual é mais intensivo em tecnologia. Os demais 21 setores da indústria manufatureira encontram-se na faixa de 20 a 40% da proporção de empresas em relação ao total do setor com demanda por ativos de capital (IEDI, 2018, p. 1).

Destaca-se que a partir de 2010, o investimento líquido do setor de média-alta intensidade em P&D voltou a crescer. Os responsáveis por esse aumento foram a indústria automotiva e de transportes e a indústria química. Este crescimento é positivo pois dentro na indústria nacional são setores com boa participação, como mostrado na Figura 8. As empresas que constituem demais setores de intensidade em P&D, mantiveram seus níveis de investimentos em níveis estáveis e não apresentaram na indústria nacional aumento dos investimentos. O fato negativo do período analisado, encontra-se no setor de alto investimento em P&D, o qual diminuiu em mais da metade sua participação nos investimentos e caracteriza na indústria nacional o setor que menos investe.

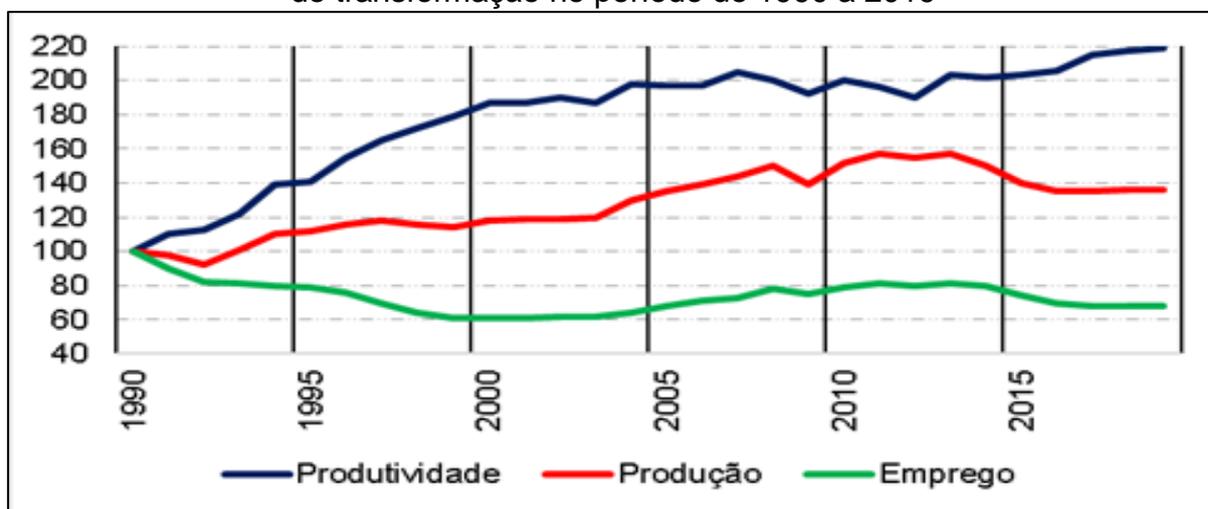
Junto com o investimento, outro indicador relevante para qualquer atividade econômica é a produtividade. Segundo Fonseca (2012), o aumento da produtividade dos fatores de produção é essencial para proporcionar um crescimento sustentado da produção e é fundamental para determinar a competitividade de uma empresa.

O aumento da produtividade pode caracterizar o desenvolvimento e crescimento produtivo mesmo com o declínio de outros indicadores. Como por exemplo, a relação entre produtividade e número de empregos. O aumento da produtividade pode caracterizar a diminuição do número de empregos, e geralmente acompanhado com investimentos produtivos tende a ser positivo para a economia.

³ Segundo o Estudo Global de Inovação (2018), dentre as 1000 empresas que mais investem no mundo, apenas 5 são brasileiras. São elas: Petrobras (256º), Vale (390º), B3 S.A (604º), Embraer (717º) e TOTVS (993º).

A Figura 9 demonstra a evolução da produção, emprego e produtividade do trabalho na indústria de transformação no período de 1970 a 2011.

Figura 9 - Evolução da produção, emprego e produtividade do trabalho na indústria de transformação no período de 1990 a 2019



Fonte: Elaboração: Pelo autor com base em dados da CNI e PIA-IBGE.

Nota: Índice (média 1990 = 100)

A avaliação da Figura 9 é de que a partir da década de 90 indica um crescimento da produção e de produtividade neste período. Segundo Fonseca (2012) é o único período em relação ao qual se pode afirmar que o crescimento tenha sido impulsionado pelo aumento da produtividade foi a década de 1990.

O período de 1990 a 1999 representa uma década de crescimento da produtividade na indústria de transformação. Neste período, a economia nacional passou pela abertura comercial, o que gerou competição entre a indústria nacional e produtos importados. Houve necessidade por parte da indústria de tornar-se mais competitiva. Houve também estabilidade monetária que estimulou investimentos no processo produtivo.

“A indústria se tornava mais eficiente, e como resultado, a produtividade do trabalho cresceu a uma taxa anual média de 6,5% a.a., enquanto o emprego recuou a uma taxa de 4,6% a.a. e a produção aumentou 1,6% a.a.” (FONSECA, 2012, p. 46).

Na primeira década dos anos 2000, destaca-se o crescimento da produção industrial, a qual teve uma taxa anual média de 2,7%. O emprego teve taxa anual de crescimento de 2%. E de maneira diferente da década de noventa, a produtividade cresceu 0,6% a.a. e ficou atrás da produção e do emprego. Este período caracteriza-se pelo aumento do aumento da renda média do trabalho e com o acesso favorável

ao crédito. Assim o aumento do consumo das famílias favoreceu o crescimento da indústria que aumentou o uso de trabalho para suprir a demanda. Em relação aos indicadores, evidencia-se o paradoxo entre emprego e produtividade. Com o aumento do trabalho, a indústria passa a empregar mão de obra não qualificada e por consequência há a diminuição da produtividade do trabalho.

Na última década do período 2010 a 2019, há dois momentos distintos da indústria de transformação. Como mencionado anteriormente, a indústria de transformação foi impactada pela crise mundial de 2008, porém a economia brasileira foi afetada de maneira menor. Nos anos posteriores a 2008, a economia nacional estava em crescimento e a indústria teve crescimento na sua produção nos anos de 2010 a 2013. Os últimos 5 anos da análise refletem o cenário econômico nacional, pautado em crise política. A indústria de transformação reduziu sua produção e diminuiu os postos de trabalho, manteve ocupada sua mão de obra mais qualificada e assim obteve um aumento da produtividade no setor.

A comparação destes indicadores demonstra o baixo crescimento da produtividade na indústria de transformação. O baixo crescimento da produtividade é um dos principais determinantes do fraco crescimento econômico brasileiro nos últimos 40 anos. Para Fonseca (2012), a evolução do produto industrial brasileiro tem sido determinada pelo uso dos fatores de produção, em vez do progresso tecnológico. Desta maneira, a indústria nacional tem dificuldades em aumentar sua produtividade.

A relação entre investimentos e produtividade tende a ser positiva para a indústria nacional, visto que de maneira geral, o investimento é acompanhado de progresso tecnológico. A indústria brasileira registra números baixos de produtividade e investimento. IEDI (2008) e Fonseca (2012) abordam os problemas da indústria com investimentos e produtividade como uma consequência de alguns fatores: baixo nível de educação, baixo nível de investimento em P&D e ambiente econômico desfavorável a negócios. Desta maneira, é necessário mudanças visando o médio e longo prazo que possam reestruturar o cenário nacional e consequentemente obter resultados melhores.

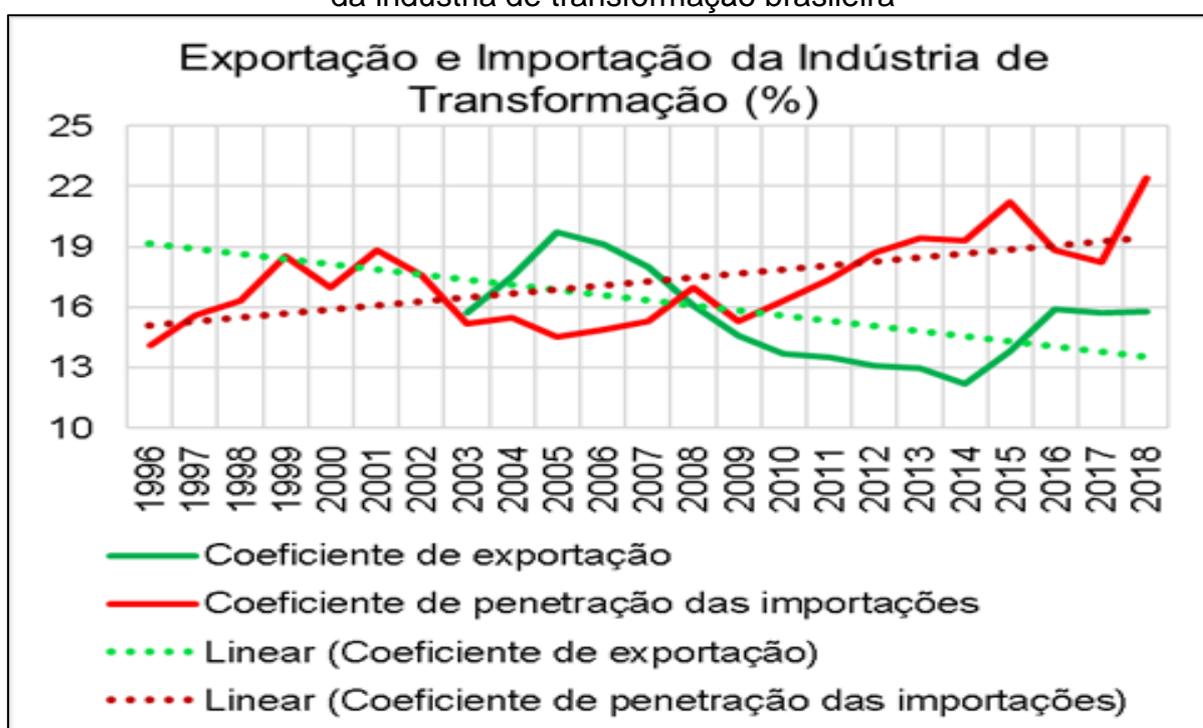
4.4 EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES

Em um cenário econômico globalizado, é natural que países busquem negociar seus produtos com objetivo de aumentar suas receitas. Segundo IEDI

(2019), a divisão internacional do trabalho resulta nas trocas econômicas, onde cada país procura produzir ou importar produtos vantajosos para sua economia.

A análise da composição destes dois indicadores possibilita uma visão dos resultados da indústria frente ao mercado interno e externo. Sendo que, as exportações, se feitas por setores com maior valor agregado, tendem a trazer superávit comercial para o país. Por outro lado, se o país necessitar importar mais insumos em setores com maior intensidade em P&D, tenderá a ter déficit comercial.

Figura 10 - Coeficiente de exportação vs. coeficiente de penetração das importações da indústria de transformação brasileira



Fonte: CNI (2020). Elaborado pelo autor.

Notas: Valores a preços constantes.

Dados do Coeficiente de exportação a partir de 2003.

A Figura 10 evidencia uma tendência na indústria de transformação brasileira. Desde 1996 até 2018, o setor manufatureiro vem perdendo espaço no mercado internacional diminuindo suas exportações e destacando o aumento da sua necessidade de importação.

O contraste entre o aumento da penetração das importações e a diminuição do coeficiente das exportações representa o movimento que a indústria de transformação brasileira tem desde o início dos anos 2000.

Embora as exportações brasileiras tenham crescido mais de quatro vezes, entre 1996 e 2010, a participação do Brasil nas exportações mundiais aumentou apenas marginalmente. Esse processo, ocorreu concomitantemente a uma sensível alteração na composição das vendas externas brasileiras, uma vez que a participação dos bens não manufaturados mais que dobrou neste período e, desde 2000, esta relação apresenta tendência de elevação. Inversamente, a queda de 20 pontos percentuais na participação dos produtos da indústria de transformação decorreu de uma redução generalizada na representatividade dos produtos segundo intensidade tecnológica (SQUEFF, 2012, p. 44).

Por outro lado, o coeficiente de penetração das importações na indústria de transformação cresceu 8,4% entre 1996 e 2018. Dentro da indústria, os setores de Metalurgia e Veículos automotores são os principais responsáveis pelo aumento das importações. Este aumento nas importações frente às exportações, segundo IEDI (2019) está relacionado a perda da competitividade em preço e perda da competitividade tecnológica. Assim a indústria nacional se distancia dos mercados consumidores e requer maior nível de importação para atender à necessidade atual dos clientes através de produtos mais tecnológicos e inovadores.

Como já mencionado, a variação no número de emprego pode, em um setor, caracterizar aumento ou diminuição de trabalho ou produtividade. Desta forma, é válido analisar os números da importação da indústria em relação a pauta de importações. Objetiva-se entender o comportamento das importações da indústria, visto que um aumento na importação de máquinas pode significar menos emprego e mais produtividade.

Na visão de Gelatti et al. (2019), no período entre 1997 e 2018, a pauta de importações da indústria se concentrou em produtos de alta e média tecnologia. O setor de média-alta tecnologia teve a maior participação nas importações, no período analisado, obteve uma média de 41,66% do total importado. Em adição, Paulino (2011) destaca que houve aumento significativo das importações do setor de média e alta tecnológica a partir de 2005. O setor de veículos automotores e outros equipamentos de transporte, como também, o setor de máquinas e equipamentos, estão entre os setores que favoreceram este aumento.

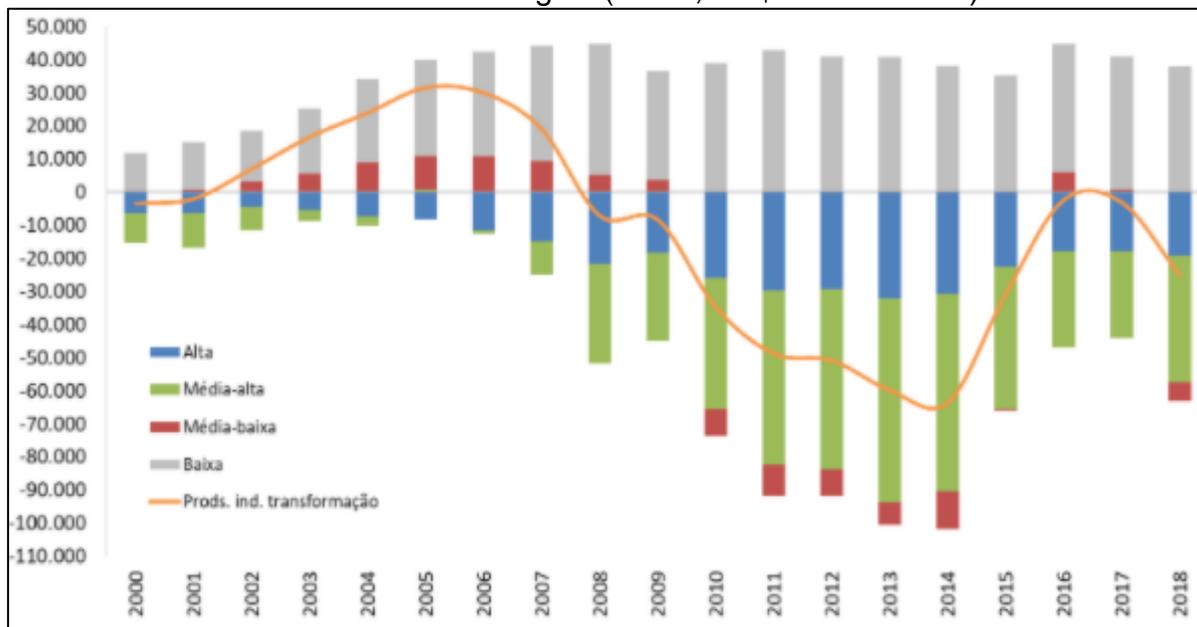
Em estudo complementar da pauta de importação dos bens de média-alta tecnologia, Sá (2018) ressalta que houve uma taxa média de crescimento de importação de 12,8% entre 2000 a 2008, e 3,6% no período entre 2009 a 2016. O autor observou, através de porcentagem, a participação dos bens importados por tipo de intensidade tecnológica, e concluiu que não houve mudança grande o suficiente

para resultar em alteração de tendência no médio e longo prazo das importações deste setor.

De modo geral, é notável a necessidade da indústria, principalmente dos setores de média e alta intensidade tecnológica, em importar bens de capital capazes de melhorar a competitividade da produção. Assim, ressalta-se a necessidade de uma maior análise entre o impacto da diminuição do emprego na indústria, visto que parte das importações visam suprir falhas na produção.

Além dos coeficientes analisados, destaca-se a balança comercial entre exportações e importações na Indústria de transformação, a qual complementa a análise dos coeficientes de exportação e importação. A partir da taxonomia da OCDE em relação aos setores da indústria, valida-se a ideia de que a indústria nacional é dependente de tecnologia estrangeira. Abaixo tem-se a Figura 11, que representa a Balança Comercial de produtos da indústria de transformação por intensidade tecnológica.

Figura 11 - Balança Comercial de Produtos da Indústria de Transformação por Intensidade Tecnológica (Brasil, US\$ milhões FOB)



Fonte: Secez/ALICE. Elaboração IEDI (2019) com base na taxonomia da OCDE/Standatabase.

No período analisado, 2000 a 2018, a atividade de alta intensidade apresentou déficit em todos os anos, ou seja, o setor importa mais produtos do que exporta e isso é natural visto que o país não tem grandes empresas intensivas em alta tecnologia.

Há que se frisar que o país nunca produziu – e nem há sinais de que vá produzir – alguns dos principais insumos intermediários tecnológicos de produtos ícones da alta tecnologia [...]. Atualmente, há uma lista imensa – na escala de milhares – de produtos com ex-tarifários, isto é, produtos que possuem tarifa de importação zero porque não existe produção similar nacional. A maioria destes produtos são tecnológicos relacionados a bens de capital e bens de informática (IEDI, 2019, p. 23).

A atividade intensiva de média-alta intensidade, também teve déficit em todo período analisado. Segundo IEDI (2019), em 2018 as exportações diminuíram 3,8% em relação a 2017 e as importações cresceram 16,4%. Nesta categoria destaca-se que a maior participação nas exportações é proveniente do setor de veículos automotores, reboques e semirreboques.

No Brasil, os produtos da indústria de média-baixa intensidade tecnológica estão ligados principalmente a itens da construção naval (ligados ao setor petrolífero), e aos produtos metálicos. No período analisado, verifica-se que a produção da indústria de transformação está ligada ao superávit ou déficit do setor intensivo de média-baixa tecnologia. Assim, quando a indústria de transformação tem superávit em sua produção, o setor de média-baixa intensidade tecnológica tende a acompanhar este resultado.

O último setor, classificado como atividades de baixa intensidade tecnológica, destaca-se por apresentar superávit em todos anos analisados. Destaca-se a produção brasileira de alimentos, bebidas e fumo, principal item da balança da indústria de transformação do país. Os produtos madeireiros e seus derivados: papel, celulose e impressos, também influenciam positivamente as exportações deste setor na balança comercial.

O declínio da participação da indústria brasileira na economia nacional através dos indicadores analisados, pode validar a tese de que a desindustrialização que ocorre no país é impactante no processo de desenvolvimento nacional. Destaca-se que a desindustrialização ou o enfraquecimento da indústria nacional é uma consequência de vários fatores, entre eles a baixa educação da mão de trabalho.

O presente capítulo teve como objetivo mostrar alguns indicadores relacionados a desindustrialização brasileira. Analisou-se os indicadores com o propósito de identificar variações que apresentassem do porquê da diminuição da participação da indústria nacional no PIB.

5 CONCLUSÃO

O crescimento e o desenvolvimento econômico de uma nação representam o avanço entre passado e futuro. No decorrer destes processos, um país pode otimizar sua produção e conquistar aumento do nível de vida e de produtividade, desta maneira se determina uma nova fase de desenvolvimento econômico com padrões mais produtivos em relação a produção. Após a Revolução Industrial, a indústria passou a ser um dos motores de crescimento produtivo e após a Segunda Guerra Mundial essa influência aumentou.

A industrialização passou a ser relacionada a progresso econômico, visto que boa parte dos países desenvolvidos tiveram em seu processo de desenvolvimento econômico o progresso da cadeia produtiva industrial. Ao analisar o desenvolvimento da indústria mundial, observa-se que todos os países que passaram por um processo de industrialização adotaram um Processo de Substituição de Importações. É necessário, pois, diferenciar a análise das indústrias entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

No Brasil, a indústria nacional teve com a Crise do Café e o PSI os dois maiores momentos de aceleração da industrialização nacional. Juntamente com a criação de grandes empresas nacionais, a abertura comercial e o Plano de Metas, houve a construção de uma base industrial que favoreceu o desenvolvimento industrial brasileiro. Por outro lado, a partir de 1970, com a crise do petróleo, descontrole inflacionário e crises políticas-econômicas internas, a indústria passou a diminuir sua participação na economia.

Mesmo com a estabilização monetária e econômica a partir de 2002, as políticas industriais brasileiras pouco contribuíram para possibilitar crescimento sustentável e autônomo da indústria. A competição frente a um mercado internacional mais eficiente e produtivo e junto com o “custo Brasil”, diminuem a capacidade da indústria em competir com outros países. Em relação ao desenvolvimento da indústria nacional, há a necessidade de progresso brasileiro em diversas áreas que possibilitem a indústria ter maior competitividade.

Os indicadores analisados entre 1990 e 2018 e comparados com os países da OCDE, confirmam o fraco desempenho da indústria brasileira frente à indústria mundial e relatam um processo de desindustrialização na indústria nacional. Destaca-se que há um movimento crescente da mão de obra nacional em direção a setores

com menor demanda por qualificação. Outro fato está na produtividade do setor industrial, no qual a melhor produtividade está no setor de baixa intensidade tecnológica, onde está categorizada a agricultura, setor que tem aumentado sua participação na economia através da exportação de *commodities*.

A desindustrialização ocorrida no país, entre 1990 e 2018, é caracterizada por problemas estruturais e para uma conclusão exata da situação requer-se uma abordagem maior em relação a temas não abordados neste trabalho. Enfatiza-se a necessidade de maior análise frente a temas internos como burocracias e tributos, e externos como análise de produtos concorrentes externos. Por conclusão, em vista de um país que busca desenvolvimento, vale atentar-se a fatores humanos (principalmente educação) que no longo prazo são essenciais para o crescimento e desenvolvimento econômico.

Diante disso, constata-se a validação parcial da hipótese principal. O enfraquecimento da indústria é fortalecido por várias causas que impactam o cenário industrial nacional. Desta maneira, reforça-se a necessidade de uma análise mais profunda acerca dos fatores que afetam a produção industrial.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de. **PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (PND)**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-nacional-de-desenvolvimento-pnd>. Acesso em: 06 maio 2020.

BAER et al. **As Modificações no papel do estado na economia brasileira**. 1973. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6554>. Acesso em: 26 mar. 2020.

BALBINOTTO NETO, Giácomo. **TEORIA DOS CICLOS ECONÔMICOS**: notas de aula. Notas de Aula. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/36DOqCT>. Acesso em: 14 nov. 2020.

BERLINCK, Manoel Tosta; COHEN, Youssef. **Desenvolvimento econômico, crescimento econômico e modernização na cidade de São Paulo**. Rev. adm. empresa. São Paulo, v. 10, n. 1, p. 45-64, mar. 1970. Disponível em: <https://bit.ly/3eA3Nzb>. Acesso em: 27 jun. de 2020.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A teoria econômica e os países subdesenvolvidos**. 1967. 7 v. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, 1967. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003475901967000300001. Acesso em: 03 abr. 2020.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**. 2008. 15 f. Curso de Economia, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/Papers/2007/07.22.CrescimentoDesenvolvimento.Junho19.2008.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2020.

BRUTON, Henry. **Import Substitution**. Handbook of Development Economics, Amsterdam, v. 2, n. 30, p.1601-1644, 1989. Disponível em: http://faculty.nps.edu/relooney/bruton_is89.pdf. Acesso em: 27 mar. 2020.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). **A importância da Indústria para o Brasil**. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/33TfApq>. Acesso em: 08 set. 2020.

CORONEL, Daniel Arruda et al. **Política industrial e desenvolvimento econômico: a reatualização de um debate histórico**. Revista Economia Política, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 103-119, mar. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010131572014000100007&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 07 jun. 2020.

COSTA, Achyles Barcelos da. **O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter**. 2006. 22 f. Instituto Humanitas Unisinos, Universidade do Vale do Rio

dos Sinos, São Leopoldo, 2006. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/047cadernosihuideias.pdf>. Acesso em: 23 maio 2020.

DEPARTAMENTO DE PESQUISAS E ESTUDOS ECONÔMICOS (DEPECON). **Perda de Participação da Indústria de Transformação no PIB**. Disponível em: <https://bit.ly/2STVNjs>. Acesso em: 15 set. 2020.

FRACALANZA, Paulo Sérgio. **As lições de Keynes**. Novos estud. – CEBRAP, São Paulo, n. 88, p. 199-205, Dec. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010133002010000300012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 junho 2020.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (FIESP) (São Paulo). **Panorama da Indústria de Transformação Brasileira**. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/33YPfq3>. Acesso em: 23 set. 2020.

FONSECA, Renato. Produtividade e crescimento da indústria brasileira. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, São Paulo, v. 112, p. 42-51, 12 jul. 2012.

GELATTI, Elisangela et al. **DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL: UMA ANÁLISE À LUZ DAS EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÕES - 1997 A 2018**. Ijuí, out. 2019. Disponível em: <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/12684/11365>. Acesso em: 17 nov. 2020.

GUIMARÃES, Eduardo Augusto. **A Experiência Recente da Política Industrial no Brasil: Uma Avaliação**. 1996. 34 f. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 1996. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2047>. Acesso em: 05 jun. 2020.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (IEDI). **O perfil setorial do retrocesso da indústria brasileira**. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3jV9N8s>. Acesso em: 11 set. 2020.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (IEDI) (Brasil). **Indústria de Transformação: Investimento, Produtividade e Lucro**. 2019. Disponível em: https://iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_943.html. Acesso em: 01 out. 2020.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (IEDI) (Brasil). **A caminho do passado: A balança comercial da indústria em 2018**. 2019. Disponível em: https://iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_905.html. Acesso em: 01 out. 2020.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (IEDI) (Brasil). **Indústria brasileira e sua dependência de insumos importados**. 2019. Disponível em: https://iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_929.htmlAcesso em: 01 out. 2020.

KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Abril Cultura, 1983.

LACERDA, Antônio Corrêa de. **Economia Brasileira**. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

LEITE, Francisco Tarciso. **Metodologia Científica**. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 2004. 287 p.

MATTOS, César. **O que é o Plano Brasil Maior?**. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3ejOw5j>. Acesso em: 06 jun. 2020.

MEIER, Gerald. **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

MORCEIRO, Paulo César; GUILHOTO, Joaquim José Martins. **DESINDUSTRIALIZAÇÃO SETORIAL NO BRASIL**. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/373dWUc>. Acesso em: 15 set. 2020.

MORCEIRO, Paulo César. **Indústria ou serviços: quais setores da economia são mais intensivos em tecnologia?** 2018. Disponível em: <https://valoradicionado.wordpress.com/tag/nova-taxonomia-da-ocde/>. Acesso em: 18 set. 2020.

MORCEIRO, Paulo César. **A indústria brasileira no limiar do século XXI: uma análise da sua evolução estrutural, comercial e tecnológica**. 2018. 196 f. Tese (Pós Graduação) - Curso de Economia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12140/tde07122018115824/publico/CorrigidoPaulo.pdf>. Acesso em: 18 set. 2020.

NIEDERLE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme Francisco W. **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: UFRGS, 2016. Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad101.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2020.

OLIVEIRA, Dyogo Henrique de; GIAMBIAGI, Fabio. **O CRESCIMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA 2018-2023**. PERSPECTIVAS DEPEC 2018. Disponível em: http://novo.more.ufsc.br/homepage/inserir_homepage. Acesso em: 16 nov. 2020.

OREIRO, José Luis da Costa. **Macroeconomia do desenvolvimento: uma perspectiva keynesiana**. Rio de Janeiro: Ltc, 2016.

OREIRO, José Luis; FEIJÓ, Carmem A.. **Desindustrialização**: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. Revista Economia Política, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 219-232. Disponível em: <https://bit.ly/34UIO7J>. Acesso em: 08 set. 2020.

PAPELASIS, Adamantios. **Desenvolvimento Econômico**: análise e estudo de casos. Brasil: Atlas S.A., 1967.

PASSOS, Eduardo Schmidt. **“DAS ADAM SMITH PROBLEM”**: uma análise comparativa das obras a teoria dos sentimentos morais e a riqueza das nações de Adam Smith. 2006. 78 f. Monografia (Doutorado) – Curso de Ciências Econômicas, Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/121974/Economia294011.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 17 maio 2020.

PAULINO, L. A. **A industrialização do Brasil e o debate atual sobre desindustrialização**. Crise do capitalismo: questões internacionais e nacionais. In: CAMARGO et al (Organizadores). Crise do capitalismo: questões internacionais e nacionais. São Paulo: Cultura Acadêmica, Marília -SP, Faculdade de Filosofia e Ciências - UNESP, 2011.

PIRES, Marcos Cordeiro. **Economia Brasileira**: da colônia ao governo lula. São Paulo: Saraiva, 2010.

RABELO, Ricardo Fonseca. **Plano de Metas e consolidação do capitalismo industrial no Brasil**. E & G Economia e Gestão, Belo Horizonte, v. 23, n. 45, p. 44-45, 25 set. 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3d0uag3>. Acesso em: 31 maio 2020.

REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria. **Formação Econômica do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502122260/cfi/4!/4/4@0.00:7.22>. Acesso em: 27 mar. 2020.

RESENDE, André Lara. **Economia Brasileira**: notas breves sobre as décadas de 1960 a 2020. Itaú Asset Management, São Paulo, fev. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3IKj6bC>. Acesso em: 25 out. 2020.

RESENDE, André Lara. Estabilização e Reforma: 1964-1967. In: ABREU, Marcelo de Paiva. **A Ordem do Progresso**. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 400.

SALERNO, Mario Sergio. **A política industrial, tecnológica e de comércio exterior do governo federal**. Parcerias Estratégicas, Brasília, v. 19, n. 9, p. 13-36, dez. 2004. Disponível em: http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/view/254. Acesso em: 06 jun. 2020.

SÁ, Marcos Vinícius Monteiro de. **A PAUTA IMPORTADORA BRASILEIRA E A DESINDUSTRIALIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DO SETOR INTERMEDIÁRIO NO PERÍODO DE 2000 A 2016**. 2018. 58 f. Monografia (Especialização) - Curso de Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro=O, 2018. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/8344/1/MVMS%C3%81.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2020.

STRATEGY& (Nova Iorque). **The Global Innovation 1000 study**. 2019. Disponível em: <https://pwc.to/3k0D2Xt>. Acesso em: 02 out. 2020.

SQUEFF, Gabriel Coelho. **DESINDUSTRIALIZAÇÃO: LUZES E SOMBRAS NO DEBATE BRASILEIRO**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2012. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1125/1/TD_1747.pdf. Acesso em: 04 out. 2020.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **BUSINESS CYCLES: a theoretical, historical and statistical analysis of the capitalist process**. Quebec: Mcgraw-hill Book Company, 1939. 461 p. Disponível em: <https://www.mises.at/static/70iteratura/Buch/schumpeter-business-cycles-atheoretical-historical-and-statistical-analysis-of-the-capitalistprocess.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2020.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Nova Cultural Ltda., 1997. Disponível em: <https://bit.ly/2XZTcrh>. Acesso em: 17 abr. 2020.

SERRA, José. **Ciclos e Mudanças estruturais na economia brasileira do pós guerra**. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 2, n. 6, p. 5-21, jun. 1982. Disponível em: <http://www.rep.org.br/PDF/6-1.PDF>. Acesso em: 05 jun. 2020.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SOARES, Fernando Antônio Ribeiro. **Economia Brasileira: da primeira república ao Governo Lula**. São Paulo: Elsevier, 2015.

SOUEN, Jacqueline Aslan; CAMPOS, Guilherme Caldas de Souza. **Da Euforia ao Retrocesso: O Comportamento do Emprego Formal no Brasil no Período Recente**. Revista Pesquisa & Debate, São Paulo, v. 51, n. 1, p. 42-62, jul. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/34TcalP>. Acesso em: 29 set. 2020.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. 5. ed. São Paulo: Atlas São Paulo, 2005.

SUZIGAN, Wilson. **INDÚSTRIA BRASILEIRA**: Origem e Desenvolvimento. São Paulo: Editora da Unicamp, 2000.

VICECONTI, Paulo Eduardo V. **O processo de industrialização brasileira**. 1977. Rev. Adm. Empresas. vol.17 no.6 São Paulo nov./dez. 1977. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003475901977000600003&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 26 mar. 2020.